



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA
EXERCÍCIO 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1.1. Apresentação	5
1.2. Metodologia	6
2. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO	8
2.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária	8
2.2. Da Dotação	10
2.3. Da Execução	13
3. DA ANÁLISE DA GESTÃO	14
3.1. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAL	14
3.1.1. O TJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro	14
3.1.2. Ações de Melhoria da Gestão de Pessoas	16
3.1.3. Sobre a Escola Judicial do Pará	18
3.1.4. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal	19
3.1.5. O Panorama da Gestão de Pessoas Dentro do Planejamento Estratégico	20
3.1.6. Outras Informações Relacionadas com Pessoal	21
3.2. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES	22
3.2.1. Das licitações	22
3.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades	25
3.2.3. Dos Contratos Formalizados em 2019	29
3.2.4. Dos Controles Internos Administrativos Relacionados à Atividade de Compras e Contratações	32
3.3. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	33
3.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia	33
3.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia Dentro do Planejamento Estratégico	35
3.4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE TIC	38
3.4.1. Planejamento de TIC	38
3.4.2. Recursos Aplicados em TIC	39
4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
4.1. Do Balanço Orçamentário	44
4.1.1. Receita	44
4.1.1.1. UG 040101 - Tesouro	45
4.1.1.2. UG 040102 - FRJ	47
4.1.2. Despesa	50
4.1.2.1. UG 040101 - TESOURO	53
4.1.2.2. UG 040102 - FRJ	55
4.2. Do Balanço Financeiro	56
4.2.1. Repasse e Arrecadação	56
4.2.2. Do Fluxo de Caixa	61
4.2.2.1. Repasse e Arrecadação UG 040102	62
4.2.3. Das Variações Patrimoniais	71
4.2.3.1. UG 040101 - TESOURO	71
4.2.3.1.1. Do Balanço Patrimonial – UG 040101	77
4.2.4. Das Variações Patrimoniais	83
4.2.4.1. UG 040101 - TESOURO	83
4.2.4.1.1. Do Balanço Patrimonial – UG 040102	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Lista de Quadros

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2019.	10
Quadro II - Dotação Atualizada 2019.	11
Quadro III - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.	15
Quadro IV - Custo direto com despesa de pessoal ativo em 2019.	19
Quadro V - Quadro resumo da evolução de servidores.	21
Quadro VI - Deságio no valor contratado.	24
Quadro VII - Situação das obras e serviços previstos – 1º Grau.	36
Quadro VIII - Previsão Inicial da Receita para 2019.	44
Quadro IX - Dotação Atualizada UG 040101.	45
Quadro X - Balanço Orçamentário - UG 040101.	46
Quadro XI - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040101.	47
Quadro XII - Dotação Atualizada UG 040102.	48
Quadro XIII - Balanço Orçamentário - UG 040102.	48
Quadro XIV - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040102.	50
Quadro XV - Dotação Inicial da Despesa para 2019 - UG 040101 e 040102.	50
Quadro XVI - Dotação Atualizada da Despesa para 2019 - TJPA.	51
Quadro XVII - Dotação Atualizada detalhada da Despesa 2019 - UG 040101.	53
Quadro XVIII - Dotação Atualizada Detalhada da Despesa 2019 - UG 040102.	55
Quadro XIX - Balanço Financeiro – UG 040101.	57
Quadro XX - Quadro de Recursos Recebidos.	59
Quadro XXI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101.	59
Quadro XXII - Apuração do Resultado Financeiro por Fonte de Recurso UG 040101.	60
Quadro XXIII - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - UG 040101.	61
Quadro XXIV - Recursos do FRJ - UG 040102.	62
Quadro XXV - Balanço Financeiro 2019 - UG 040102.	63
Quadro XXVI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102.	67
Quadro XXVII - Apuração por Fonte de Recurso.	68
Quadro XXVIII - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa - UG 040102.	68
Quadro XXIX - Quadro das Variações Patrimoniais.	71
Quadro XXX - Quadro de Recursos Recebidos.	73
Quadro XXXI - Quadro de Transferências Intragovernamentais.	74
Quadro XXXII - Encargos Patronais.	75
Quadro XXXIII - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.	75
Quadro XXXIV - Transferências e Delegações Concedidas.	75
Quadro XXXV - Transferência e Delegações Concedidas.	76
Quadro XXXVI - Balanço Patrimonial.	78
Quadro XXXVII - Caixa e Equivalente de Caixa.	79
Quadro XXXVIII - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo.	79
Quadro XXXIX - Demais Obrigações a Curto Prazo.	79
Quadro XL - Resultados Acumulados.	80
Quadro XLI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.	81
Quadro XLII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040101.	81
Quadro XLIII - Quadro de Obrigações Contratuais.	82
Quadro XLIV - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.	82
Quadro XLV - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.	82
Quadro XLVI - Quadro das Variações Patrimoniais.	83
Quadro XLVII - Transferências Intragovernamentais.	85
Quadro XLVIII - Quadro de Uso de Bens.	86
Quadro XLIX - Balanço Patrimonial - UG 040102.	88
Quadro L - Caixa e Equivalente de Caixa.	89
Quadro LI - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.	90
Quadro LII - Ativo Não Circulante.	92
Quadro LIII - Imobilizado.	92
Quadro LIV - Demais Obrigações a Curto Prazo.	94
Quadro LV - Patrimônio Líquido.	95
Quadro LVI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes UG 040102.	95
Quadro LVII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040102.	96
Quadro LVIII - Obrigações Contratuais.	96
Quadro LIX - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.	96
Quadro LX - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.	97



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Recursos por programa - UG 040101 TESOIRO.	12
Gráfico 2 - Recursos por programa - UG 040102 FRJ.	13
Gráfico 3 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.	15
Gráfico 4 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados e servidores, incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais.	16
Gráfico 5 - Evolução dos gastos com pessoal.	20
Gráfico 6 - Licitações por modalidade.	22
Gráfico 7 - Valor contratado.	23
Gráfico 8 - Natureza da contratação.	24
Gráfico 9 - Valor contratado X Natureza da contratação.	25
Gráfico 10 - Quantitativo de dispensa por fundamentação legal.	26
Gráfico 11 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal.	26
Gráfico 12 - Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação.	27
Gráfico 13 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal.	28
Gráfico 14 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal.	28
Gráfico 15 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação.	29
Gráfico 16 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação.	30
Gráfico 17 - Valor atual por modalidade de licitação.	31
Gráfico 18 - Natureza da contratação dos contratos vigentes.	32
Gráfico 19 - Dotação X Execução de Obras e Serviços de Engenharia.	34
Gráfico 20 – Desembolso de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.	34
Gráfico 21 – Percentual de execução financeira das ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.	35
Gráfico 22 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.	35
Gráfico 23 - Situação das obras e serviços de engenharia - 1º Grau.	37
Gráfico 24 - Participação do orçamento.	40
Gráfico 25 – Dispêndio em TIC por grupo de Ação.	40
Gráfico 26 - Recursos Aplicados na Ação Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura.	41
Gráfico 27 - Físico x Financeiro das ações com meta física 100%.	42



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação

O presente relatório tem por finalidade analisar a Prestação de Contas Anual de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, **exercício de 2019**, em atendimento ao inciso VI do artigo 6º da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o inciso IV do artigo 2º da Resolução 18.919/2017 e com anexo I da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das Unidades Gestoras: 040101 Recursos do Tesouro (Tesouro) e 040102 Recursos do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ).

O objetivo do relatório de análise da prestação de contas consiste em avaliar a conformidade e o desempenho da gestão do TJPA, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública, fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência e provocar melhorias na prestação de contas do órgão.

Nesse contexto, os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como para a avaliação da gestão de áreas de suma importância para a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal, Compras e Contratações, Obras e Serviços de Engenharia, e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os trabalhos foram realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado, definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA.

O relatório analisa os atos não somente sob a ótica dos aspectos tradicionais de verificação de conformidade dos registros contábeis, mas também à luz da análise dos resultados operacionais, aferindo sobre eficiência da gestão, em relação às ações mais relevantes para a Missão do TJPA, que é voltada para uma prestação jurisdicional eficiente e de qualidade, visando fortalecer o Estado Democrático de Direito, missão esta prevista na execução das diversas Ações distribuídas ao longo dos Programas estabelecidos no Plano Plurianual – PPA-2016/2019, tendo o presente relatório focado no exercício 2019, abordando os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2019, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até às explicações sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão nas áreas consideradas de suma importância para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal, Compras e Contratações, Obras e Serviços de Engenharia, e Tecnologia da Informação e Comunicação*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

1.2. Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos realizados pela SCI seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno. Foram utilizadas técnicas de auditoria consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos, exame dos registros.

Foram utilizados como instrumentos auxiliares os sistemas SIAFEM¹ e BO², ferramentas essenciais para o cotejamento dos lançamentos evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas, apresentados pelas unidades responsáveis, elencados a seguir:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;

¹ Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

² *Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFEM dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração da Disponibilidade de Caixa.



2. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO

Com o intuito de avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, no Planejamento Estratégico desse TJPA, bem como no Plano de Gestão Biênio 2019/2021, esta Secretaria de Controle Interno realizou análises sobre os seguintes instrumentos:

- Lei nº 8.809, de 27 de dezembro de 2018
- Relatório de Execução do PPA-2019
- Relatório do Plano de Gestão-Biênio 2019/2021
- Anexos componentes da Resolução Nº 18.975/2017 - TCE

Através do presente relatório buscou-se fazer uma análise, na medida do possível, do resultado da gestão, tomando como parâmetro as metas e objetivos delineados nos macrodesafios, nos programas e ações para o exercício de 2019.

O Planejamento Estratégico do TJPA, em sua versão revisada, encontra-se disciplinado na Resolução nº 25 de 19 de dezembro de 2018, instrumento norteador da Instituição para que caminhe em linha convergente com sua **Missão** (que determina a essência do Judiciário), com sua **Visão** (que descreve o perfil futuro a ser alcançado) e com seus **Valores** (que são os atributos necessários para alicerçar o desenvolvimento do Poder Judiciário).

Em termos quantitativos, a análise considerou a execução orçamentária e financeira, o atingimento das metas físicas, fazendo paralelo com os resultados de indicadores estratégicos relacionados à atividade judicante.

Ressalta-se que, em que pese a dificuldade de aferição qualitativa das metas, considerando que a Administração Pública como um todo vem caminhando para um amadurecimento em planejamentos sob a ótica de cenários prospectivos, esta SCI procurou avaliar indicadores que de maneira mais assertiva demonstraram o crescimento, evolução e amadurecimento do TJPA no exercício de 2019.

2.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária

A Lei nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2016-2019, apresentou as dimensões estratégicas do Plano em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

A Lei nº 8.809, de 27 de dezembro de 2018 - LOA/2019, estabeleceu a dotação orçamentária ao TJPA através dos Programas do tipo Temático (Atuação Jurisdicional, Governança Institucional e Infraestrutura e Gestão de TIC) e Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, da unidade orçamentária TJPA e da unidade orçamentária FRJ.

Com base nos objetivos estratégicos do Poder Judiciário e do Tribunal, a Administração elegeu ações na busca de soluções para pontos considerados de melhoria, cujo alcance é de extrema relevância para o cumprimento da missão institucional e, assim, no decorrer do tempo, alcançar sua visão de futuro, justificando dessa maneira a utilização dos recursos disponibilizados, que em suma, visa garantir a manutenção dos serviços prestados à sociedade.

As iniciativas estratégicas são executadas com a utilização de recursos distribuídos em diferentes ações orçamentárias, o que dificulta a identificação do gasto total com a respectiva iniciativa, considerando ainda, possíveis remanejamentos entre programas e ações. Desse modo, não foi possível correlacionar em sua integralidade as iniciativas estratégicas com sua execução orçamentária, bem como valorar o custo total associado a um objetivo estratégico específico.

No relatório de auditoria de prestação de contas do STJ/2018, foi explanado o desafio que é mensurar o custo da Administração Pública, *não apenas pela dificuldade em definir metodologias aplicáveis e identificar os custos corretamente, como também pela dificuldade de mensurar benefícios gerados.*

Nesse sentido, convém destacar que o TJPA está na fase de implementação do sistema de custos da instituição, através da utilização do Sistema GRP THEMA, onde será possível apurar de maneira mais detalhada o custo operacional de cada unidade do órgão.

Importante destacar o relevante papel da unidade de auditoria nesse aspecto, posto que referida iniciativa é fruto de recomendação de um auditoria outrora realizada, onde identificou-se que um sistema voltado para o controle de custos seria uma oportunidade de melhoria gerencial e operacional para a instituição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

2.2. Da Dotação

Através da Lei nº 8.809, de 27 de dezembro de 2018, foi estimada a receita e fixada a despesa para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2019, o valor de R\$ 1.169.419.291,00 (um bilhão, cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa e um reais), distribuídos entre as Unidades Gestoras - UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.003.728.029,00 (um bilhão, três milhões, setecentos e vinte e oito mil e vinte e nove reais), e UG 040102 – Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, R\$ 165.691.262,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e dois reais).

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do Inciso III do Art. 13 da LDO nº 8.757, 14/08/18.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2019.

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.003.728.029,00
101 Recursos Ordinários	998.575.525,00
112 Receita Patrimonial	5.152.504,00
UG 040102 - Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário	165.691.262,00
101 Recursos Ordinários	10.000.000,00
106 Recurso Proveniente de Transferências - Convênios e Outros	70.000,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	6.876.846,00
118 Rec. Própria do Fundo de Reparelhamento	148.744.416,00
TOTAL	1.169.419.291,00

Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2019 – Volume II.

No decorrer do exercício houve um incremento de R\$ 33.471.456,60 (trinta e três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) na dotação inicial da UG 040101, consequentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 1.037.199.485,60 (um bilhão, trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme discriminado no quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Do mesmo modo a UG 040102 também recebeu incremento de R\$ 35.249.277,63 (trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) na sua dotação inicial, o que consequentemente levou a uma dotação atualizada de R\$ 200.940.539,63 (duzentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro II - Dotação Atualizada 2019.

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOT. ATUALIZADA
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.003.728.029,00	1.037.199.485,60
101 Pessoal e encargos Sociais	905.235.061,00	942.398.845,10
112 Pessoal e encargos Sociais	4.254.000,00	4.254.000,00
301 Pessoal e encargos Sociais	0,00	8.007.727,00
312 Pessoal e encargos Sociais	0,00	5.105.942,00
101 Outras Despesas Correntes	93.340.464,00	69.409.914,33
112 Outras Despesas Correntes	898.504,00	898.504,00
128 Outras Despesas Correntes	0,00	1.920.902,90
301 Outras Despesas Correntes	0,00	847.860,07
312 Outras Despesas Correntes	0,00	1.250.000,00
328 Outras Despesas Correntes	0,00	544.828,60
328 Investimentos	0,00	2.560.961,60
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	165.691.262,00	200.940.539,63
101 Outras Despesas Correntes	2.810.588,00	2.081.400,91
106 Outras Despesas Correntes	70.000,00	527.893,09
112 Outras Despesas Correntes	6.576.846,00	6.576.846,00
118 Outras Despesas Correntes	147.901.997,00	144.241.598,06
301 Outras Despesas Correntes	0,00	8.809.671,00
312 Outras Despesas Correntes	0,00	12.571.068,44
318 Outras Despesas Correntes	0,00	4.111.279,00
323 Outras Despesas Correntes	0,00	24.486,00
101 Investimentos	6.568.739,00	2.888.869,28
106 Investimentos	0,00	7.999.882,20
112 Investimentos	300.000,00	300.000,00
118 Investimentos	842.419,00	1.656.340,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

301 Investimentos	0,00	1.500.000,00
312 Investimentos	0,00	5.119.887,65
318 Investimentos	0,00	2.283.804,00
323 Investimentos	0,00	247.514,00
101 Inversões Financeira	620.673,00	0,00
TOTAL	1.169.419.291,00	1.238.140.025,23

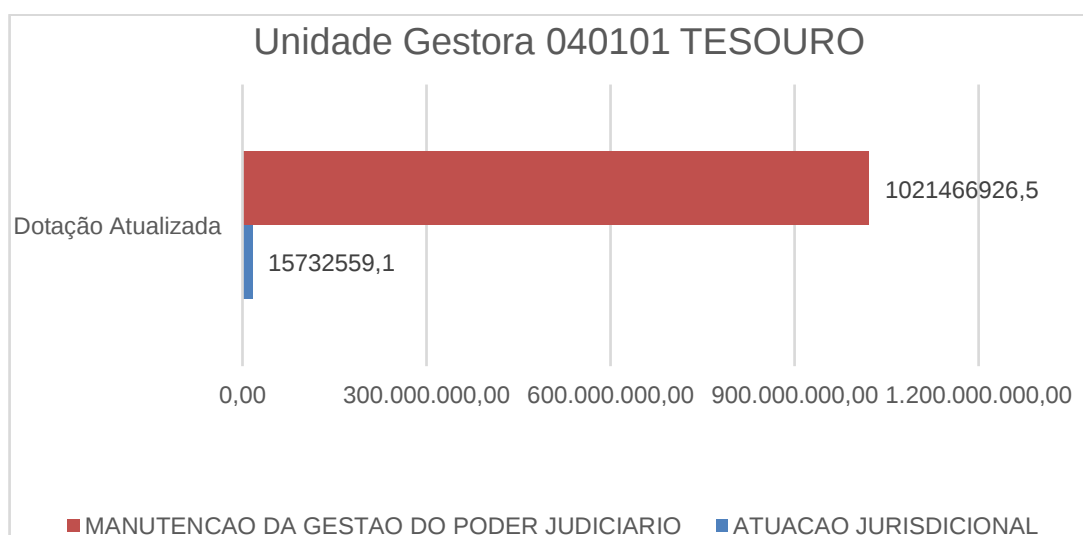
Desse modo, para uma melhor visualização acerca da distribuição dos recursos orçamentários no TJPA, colacionamos o gráfico abaixo, através do qual se pode observar como ocorreu a distribuição dos recursos da Dotação Atualizada dentro de cada programa específico, sendo este destacado por UG.

Nesse sentido, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos com 91,71%, posto que as ações envolvendo este programa foram direcionadas à administração e operacionalização de recursos humanos, bem como contribuição de plano de saúde e odontológico e concessões de auxílios (alimentação, transporte e moradia).

Já o programa “Infraestrutura e Gestão de TIC”, ficou como segundo demandante de recursos, desta feita por ter a incumbência de contemplar as ações voltadas para ampliação da infraestrutura, reforma e manutenção, programas de segurança e aparelhamento tecnológico, tendo uma participação de 5,84%

Por fim, aos programas de Atuação Jurisdicional e Governança Institucional coube uma participação de 1,92% e 0,53%, respectivamente.

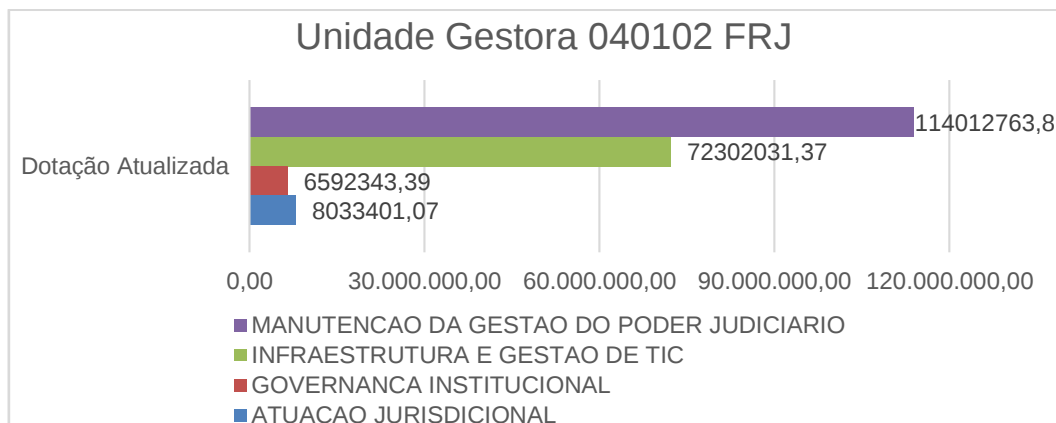
Gráfico 1 - Recursos por programa - UG 040101 TESOIRO.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 2 - Recursos por programa - UG 040102 FRJ.



2.3. Da Execução

A despesa empenhada na UG 040101, no exercício de 2019, foi de R\$ 1.016.759.501,51 (um bilhão, dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e um reais e cinquenta e um centavos), correspondente a 98,03% de execução da dotação orçamentária atualizada, no valor de R\$ 1.037.199.485,60 (um bilhão, trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

De outro lado, na UG 040102 a despesa empenhada foi na ordem de R\$ 178.013.818,23 (cento e setenta e oito milhões, treze mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e três centavos), correspondente a 88,59% de execução da dotação atualizada, no valor R\$ 200.940.539,63 (duzentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).

Infere-se do panorama apresentado que a UG 040101 executou quase 100% da dotação atualizada, indicando um alto grau de aproveitamento da execução orçamentária, enquanto a UG 040102 executou 89% da dotação atualizada.

No que diz respeito aos 11% de disponibilidade, se refere aos empenhos que não foram liquidados durante o exercício, portanto, no encerramento do exercício, os empenhos são anulados ou, quando couber, inscritos em conta de Restos a Pagar (Processados ou não Processados), onde poderão permanecer até 31 de dezembro do ano seguinte.



3. DA ANÁLISE DA GESTÃO

3.1. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAL

3.1.1. O TJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

Segundo os dados mais recentes da principal fonte de estatísticas oficiais do Poder Judiciário brasileiro, o Relatório Justiça em Números, publicado pelo Conselho nacional de Justiça (CNJ), edição de 2019, o gasto total dos Tribunais com pessoal em 2018 foi de R\$ 449,53 por pessoa. Como diz o próprio relatório, “*Em 2018, o custo pelo serviço de Justiça foi de R\$ 449,53 por habitante, R\$ 3,50 a menos, por pessoa...*”, referenciando que em 2017 o mesmo dado era de R\$ 453,03. Depreende-se daí que está havendo um esforço do Poder Judiciário em nível nacional, no sentido de diminuir o custo de pessoal da justiça brasileira.

Descendo em nível dos Tribunais Estaduais, onde se enquadra o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), os valores são de R\$ 256,81 para 2018 e R\$ 259,51 para 2017, o que se traduz em uma redução de R\$ 2,70 por pessoa. Valores que permitem fazer a leitura de que os Tribunais Estaduais estão contribuindo de maneira relevante para esta redução do custo de pessoal da justiça brasileira.

Assim sendo, é importante enfatizar o esforço próprio do TJPA, haja vista as consequências positivas desse esforço para as melhorias dos números e indicadores da justiça em âmbito nacional.

Considerando que a população é sempre crescente no decorrer dos anos, parece sensato admitir que o custo com pessoal também apresente curva de crescimento constante, posto que, junto com o aumento da população crescem os problemas, inclusive surgem novas categorias de problemas, o que inevitavelmente vai levar a novas demandas judiciais.

Nessa linha, o TJPA tem engendrado esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas.

A propósito disto, e para ilustrar o referido controle, apresenta-se a seguir a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante, no TJPA, nos últimos cinco anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 3 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.



Demonstrando que, dada a atuação efetiva da gestão de pessoal no TJPA, o crescimento da despesa de pessoal por habitante cresceu apenas R\$ 30,94 nos últimos cinco anos.

É importante salientar que, neste ano de 2019, o custo envolvendo a gestão de pessoas no TJPA ficou na casa de R\$ 1.127.189.262,91 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, cento e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos).

A tabela que se segue compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são o Relatório de Gestão Fiscal do TJPA e as estimativas de população publicadas no site do IBGE.

Quadro III - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.

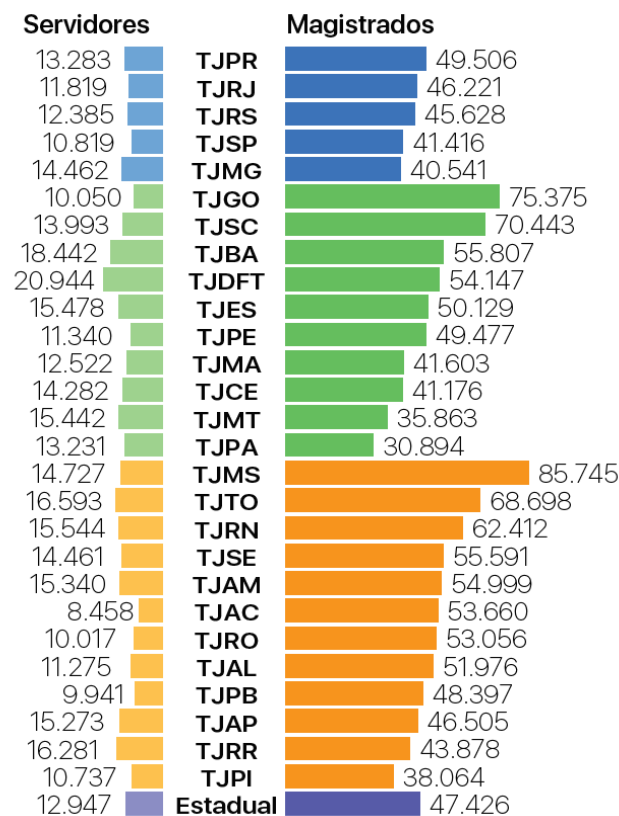
ANO	Despesa com pessoal	População estimada	Despesa por habitante
2015	821.342.281,45	8.206.923	100,08
2016	874.323.222,93	8.307.375	105,25
2017	954.819.356,51	8.366.628	114,12
2018	1.009.965.592,97	8.578.051	117,74
2019	1.127.189.262,91	8.602.865	131,02

No gráfico a seguir, que apresenta o custo médio mensal de magistrados e servidores para todos os Tribunais Estaduais, em 2018, pode-se constatar que o TJPA foi o Tribunal que apresentou menor custo médio mensal por Magistrado (R\$ 30.894,00) e um dos menores por Servidor (R\$ 13.231,00), contribuindo para a redução do custo médio mensal nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 4 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados e servidores, incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais.



3.1.2. Ações de Melhoria da Gestão de Pessoas

O TJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio do Planejamento Estratégico, denominado **Melhoria da Gestão de Pessoas**. Este macrodesafio refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados a:

- Avaliação e desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados;
- Valorização dos colaboradores;
- Humanização nas relações de trabalho;
- Estabelecimento de sistemas de recompensas;
- Modernização das carreiras;
- Adequada distribuição da força de trabalho.

As iniciativas previstas no bojo deste macrodesafio são: Implantação da gestão por competências, Padronização de lotação de pessoal, Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores, Implantação da Escola Judiciária e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Implementação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida, De onde se destacam as seguintes ações:

□ Aprimoramento da formação de magistrados e servidores

Em consonância com as novas exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a Escola Judicial iniciou intenso e diversificado processo de formação continuada e de formadores, com enfoque na formação humanística e multidisciplinar de seu quadro de magistrados e servidores professores, além de preconizar a eficiência da gestão judiciária de 1º. Grau de Jurisdição, meta do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça.

No ano calendário de 2019, a Escola Judicial promoveu a capacitação de 1.523 magistrados e servidores, o que totalizou 4.032 participações em cursos de extensão e formação continuada presencial e em Educação a Distância (EAD), considerando que magistrados e servidores participaram de mais de um curso.

Nesse cenário, a Escola Judicial deu início às atividades de pesquisa, que proporcionarão de forma interinstitucional a reflexão, os debates e o compartilhamento de saberes relacionados a diversos temas que interferem na prática jurídica e consequentemente na transformação social. Destacam-se três observatórios: o de Justiça em Números; o da Infância e Juventude e o de Práticas Jurídico-Pedagógicas, todos pautados em macrodesafios do plano de gestão estratégica do TJPA.

Como ação de Responsabilidade Social foi implementado o Projeto Escola Judicial Cidadã, com o compartilhamento e produção de conhecimentos relevantes relacionados aos Direitos Humanos, através de palestras, oficinas e atividades realizadas por juízes e servidores do TJPA, na rede de escolas públicas estaduais e municipais.

Em setembro, com 50 matriculados, iniciou-se o primeiro curso de pós-graduação construído pela Escola Judicial e pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA (DPGE), credenciado junto ao Conselho Estadual de Educação e à ENFAM, direcionado a magistrados e diretores de Secretaria das unidades judiciais, com o objetivo de aprimorar a gestão, nos aspectos quantitativos e qualitativos, com destaque para o registro, coleta e realização da baixa processual.

□ Fortalecimento da política de atenção integral à saúde e qualidade de vida

O programa de “Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida” intensificou no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará ações voltadas para assegurar o bem-estar físico e mental, prevenir doenças e promover a conscientização social e ambiental. Foram mais de 3,5 mil pessoas envolvidas em atividades físicas, palestras, meditação, ações de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

vacinação, entre outras. O destaque foi a 4ª edição da Corrida do TJPA, em 7 de dezembro. Dentre os projetos, destacam-se: Atividade Física e Saúde (pilates, yoga, caminhada e treinamento funcional) Avaliação Ergonômica do posto de trabalho Campanhas educativas (Palestras, Seminários...) Círculos Restaurativos no Ambiente Organizacional Educação Postural Ginástica Laboral Meditação no ambiente de Trabalho Mutirão de Exames Periódicos de Saúde Roda de Conversa Saúde Itinerante Testes Rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1) Vacinação Web RádioJus – “Temas de saúde”.

3.1.3. Sobre a Escola Judicial do Pará

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, Escola Judicial Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, ofertou neste ano de 2019, cursos e eventos atendendo à necessidade de formação dos magistrados e servidores do TJPA.

Foram realizados 81 cursos regulares, nas modalidades presencial e a distância, dentre os quais, destacam-se os seguintes:

- Cursos de Formação de Formadores;
- Mediação e Conciliação Judicial;
- Gestão e Qualidade na Unidade Judicial.

Quatro turmas do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, em parceria com a Escola de Governança do Estado do Pará também foram finalizadas.

Destacam-se, ainda, os eventos de extensão representados por palestras, seminários e encontros, como a Aula Magna, o Seminário sobre Direito Sistêmico, Semana da Infância e Juventude, dentre outros que capacitaram magistrados e servidores do TJPA. Participaram das capacitações ofertadas pela Escola Judicial, 1.523 pessoas nas modalidades EAD e presencial.

Na área de solução de conflitos, a Escola Judicial colaborou com o crescimento do NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos), por meio da Ação *“Fortalecimento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos”*, realizando 15 (quinze) cursos de conciliação e mediação judicial, capacitando 260 (duzentas e sessenta) pessoas.

Com o objetivo de auxiliar magistrados e diretores de secretaria quanto ao conhecimento dos indicadores e estatísticas da Revista Justiça em Números e das Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, bem como ao conhecimento formal da Gestão e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Qualidade na Unidade Judicial, a Escola realizou cursos sobre as regras de negócio da referida Revista, e, também, sobre Gestão de Unidade Judiciária, focando na gestão da unidade, e orientando sobre a elaboração de diagnóstico da Vara e elaboração de planos de ação.

Esses cursos tiveram a participação de 463 pessoas, entre magistrados e servidores; foram ministrados presencialmente na Escola Judicial, alcançando 301 participantes das comarcas da Região Metropolitana de Belém. Foram oferecidos na forma presencial, nas comarcas de Marabá, Igarapé-Mirim, São Félix do Xingu, Baião, Santo Antônio do Tauá, Ourilândia do Norte, Porto de Moz, Acará, Novo Progresso e Maracanã, com a participação de 162 pessoas, entre magistrados e servidores.

3.1.4. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

No exercício de 2019, através de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, pode-se constatar que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal na ordem de 947.297.273,89 (novecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos), ressalta-se que esse valor envolve somente a força Ativa. De referido RGF extrai-se que 85,14% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 14,86% perfaz as Obrigações Patronais.

Quadro IV - Custo direto com despesa de pessoal ativo em 2019.

Custo Direto Com Despesas de Pessoal Ativo em 2019		
Vencimentos e Vantagens	85,14%	806.560.129,97
Patronal	14,86%	140.737.143,92

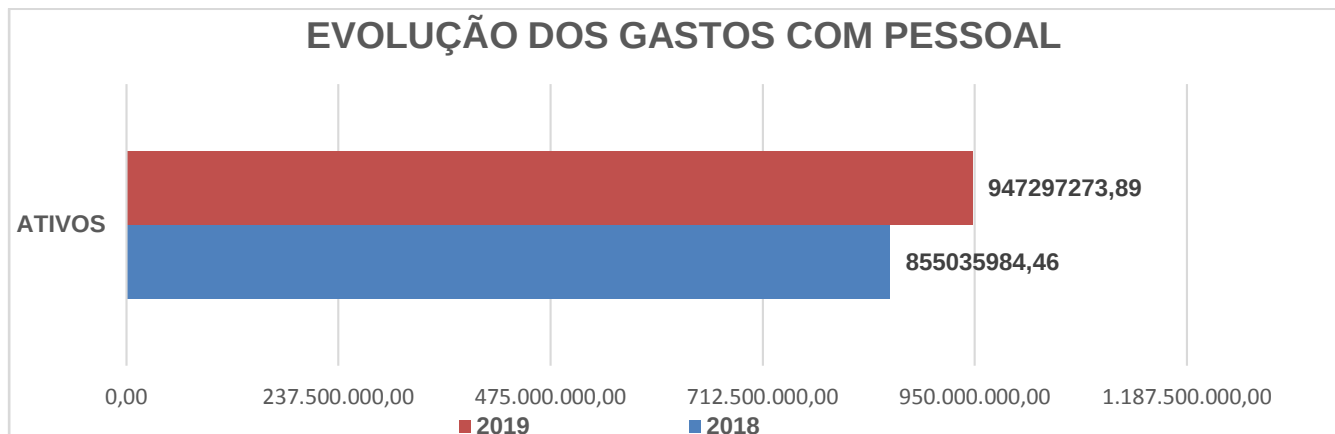
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2019

No comparativo com o exercício anterior, tem-se que a despesa com Pessoal e Encargos Sociais, do ano de 2019, apresentou um incremento de 10,79% em relação ao ano de 2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 5 - Evolução dos gastos com pessoal.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2018 e 2019

3.1.5. O Panorama da Gestão de Pessoas Dentro do Planejamento Estratégico

Através do Relatório de Gestão Fiscal é possível ter um bom recorte acerca dos gastos com pessoal, porém as despesas nessa área não se esgotam no demonstrativo, é nesse sentido que traçamos um panorama acerca das Ações pensadas dentro da estratégia da Instituição para o desenvolvimento e crescimento da força de trabalho.

Ao longo dos Programas “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão” foram distribuídas Ações que direta e/ou indiretamente foram pensadas visando não só a melhoria contínua da prestação jurisdicional, como também o crescimento e desenvolvimento de seu quadro de magistrados e servidores, focando em áreas de suma relevância para o bom desempenho do órgão. Nesse contexto pode-se destacar as ações voltadas para melhorias do clima organizacional; transformação da Escola da Magistratura para Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, o teletrabalho, entre outras, que demandaram um relevante dispêndio de recursos, considerando a sua grande relevância para entrega dos Mister da instituição.

O Programa Atuação Jurisdicional apresentou despesas realizadas da ordem de R\$ 18.390.371,70 (dezoito milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e setenta e um reais e setenta centavos), deste valor R\$ 10.514.133,43 (dez milhões, quinhentos e quatorze mil, cento e trinta e três reais e quarenta e três centavos) foram relacionados diretamente com manutenção de Pessoal, o que representa 57,17%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No que tange ao Programa Manutenção da Gestão, observou-se que o valor executado da Despesa atingiu o montante de R\$ 1.108.757.899,00 (um bilhão, cento e oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais), sendo que deste valor, os gastos relacionados diretamente com custeio de Pessoal totalizaram R\$ 1.005.274.571,05 (um bilhão, cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e cinco centavos), o que representa 90,67% do valor de Programa.

Em uma análise acerca do Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, 2019, observou-se que de maneira geral as ações atingiram o que foi planejado, ressaltando-se que a análise da SCI, por ora, baseia-se nos aspectos quantitativos das ações, utilizando como subsídio para análise o relatório acima referido, e, em alguns casos, quando possível, estabelecendo paralelo com os anexos que fazem parte desta Prestação de Contas.

Particular destaque para as Ações voltadas para execução da folha de pagamento dos servidores do TJPA, onde se constata uma relação físico-financeira em plena convergência, posto que o valor financeiro realizado está dentro do previsto, e a execução física ultrapassa os 100% do previsto em todos os casos. Ou seja, em todos os casos os recursos financeiros pré-estabelecidos foram suficientes para a execução física.

Nesse mesmo sentido, destacamos as ações envolvendo Plano de Assistência à Saúde e Auxílio Alimentação, pois ao se observar as duas ações, ambas demonstram que caminharam em linha, físico e financeiro foram plenamente convergentes, onde se pode inferir que o planejamento atingiu sua meta, cumprindo seu objetivo.

3.1.6. Outras Informações Relacionadas com Pessoal

Com intuito de abordar outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoal, coletou-se dados junto à SGP, o que possibilitou a SCI proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.

Quadro V - Quadro resumo da evolução de servidores.

Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	1.250
---	-------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	104
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos	518

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

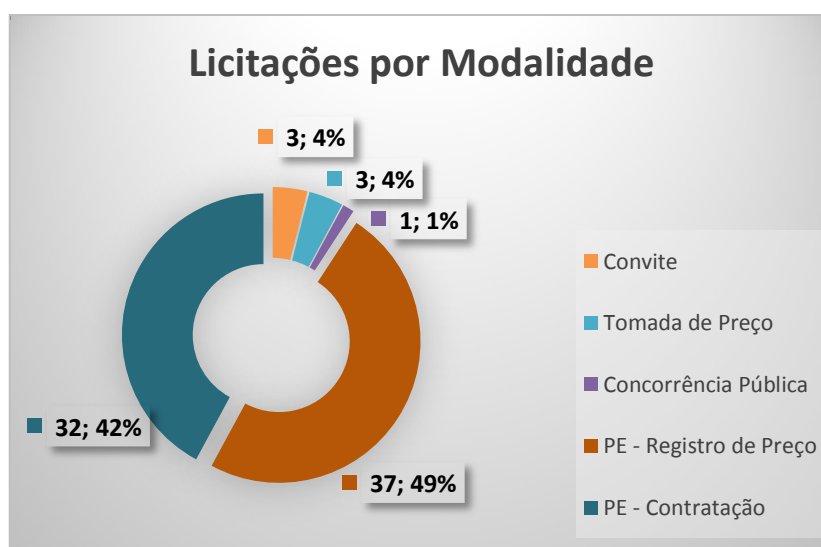
Vale mencionar também a iniciativa deste TJPA em relação ao Teletrabalho. A Portaria 2897/2019-GP, de 17 de junho de 2019, instituiu o Projeto Experimental de Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Aderiram ao teletrabalho no ano de 2019 um total de 18 servidores.

3.2. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

3.2.1. Das licitações

No decorrer do exercício 2019, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou 76 (setenta e seis) procedimentos licitatórios visando as aquisições e contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Gráfico 6 - Licitações por modalidade.



As modalidades de licitações realizadas pelo TJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2019 da seguinte forma:

- *Convite*: foram realizadas 03 (três) licitações, tendo uma delas sido declarada *fracassada*. As contratações decorrentes desta modalidade são de natureza *Serviços de Terceiros* e os valores contratados totalizaram **R\$ 255.633,64 (duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscientos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos)**;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

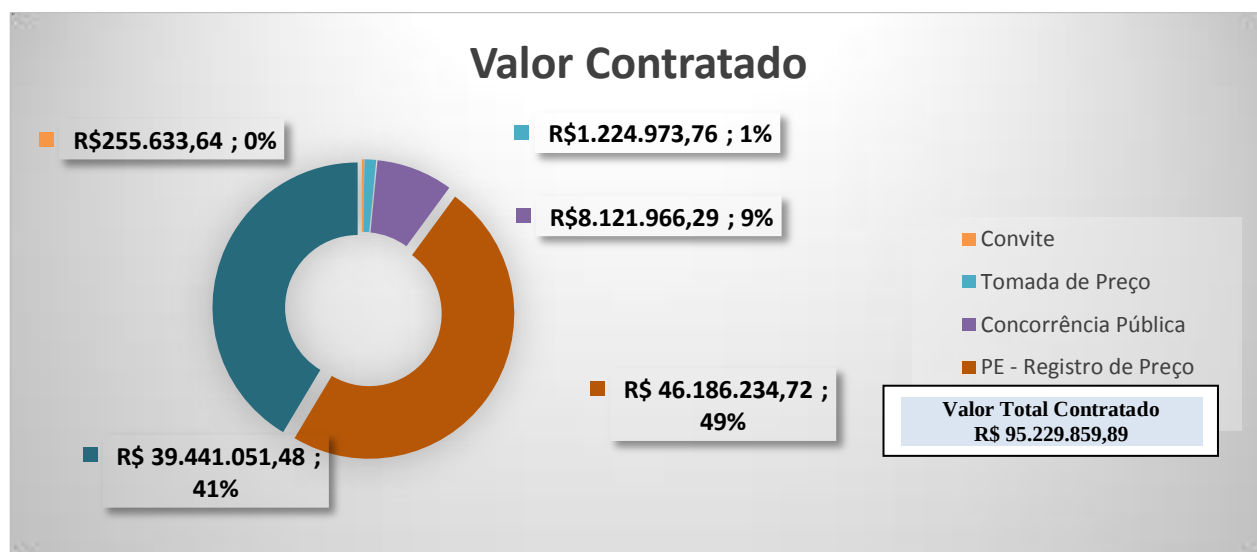
- *Tomada de Preços*: 03 (três) certames, com valores contratados totalizando **R\$ 1.224.973,76 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos)** e contratações de natureza *Serviços de Terceiros*;

- *Concorrência*: nesta modalidade foi realizado apenas 01 (um) certame, cuja contratação tem natureza de *Serviços de Terceiros*, com valor total contratado de **R\$ 8.121.966,29 (oito milhões, cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos)**;

- *Pregão Eletrônico*: foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo TJPA no exercício 2019. No total, foram realizadas 69 (sessenta e nove) licitações na modalidade em epígrafe, sendo 37 (trinta e sete) pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) e 32 (trinta e duas) no modelo ordinário da modalidade. Pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), foram contratados/adquiridos *Serviços de Terceiros*, *Material de Consumo* e *Material Permanente*, cujas despesas efetivamente efetuadas totalizaram o valor de **R\$ 46.186.234,72 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos)**. Já pela via comum do Pregão Eletrônico, foram contratados/adquiridos *Serviços de Terceiros*, *Material de Consumo*, *Material Permanente*, *Obras e Instalações* e *Locação de Mão de Obra*, gerando despesas na ordem de **R\$ 39.441.051,48 (trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos)**.

No total, considerando todas as modalidades de licitação utilizadas, os valores contratados totalizaram **R\$ 95.229.859,89 (noventa e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**.

Gráfico 7 - Valor contratado.



Os procedimentos licitatórios realizados possibilitaram a este TJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio de 20,6% em relação ao valor previamente estimado para as contratações no exercício em comento, o que representou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

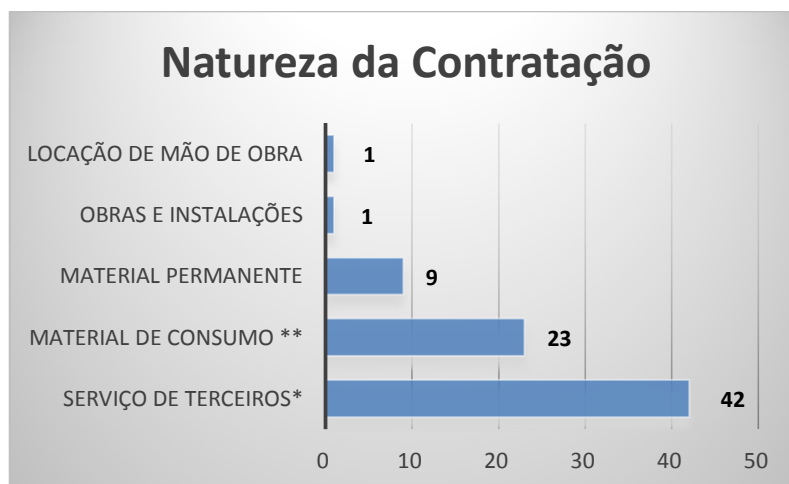
uma economia de **R\$ 24.643.423,67 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos)**.

Quadro VI - Deságio no valor contratado.

<u>Deságio no Valor Contratado</u>	
Valor Estimado	R\$ 119.873.283,56
Valor Contratado	R\$ 95.229.859,89
Percentual de Deságio	= 20,6%

Em relação à natureza das contratações, o maior volume foi concentrado na categoria *Serviços de Terceiros*, tendo sido realizados 42 (quarenta e dois) procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza.

Gráfico 8 - Natureza da contratação.

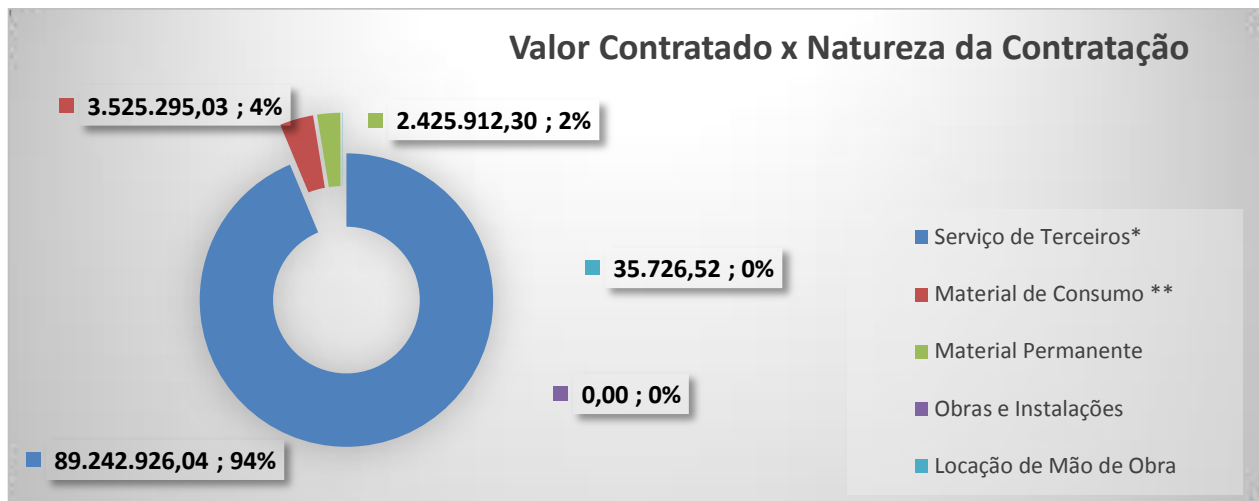


Além disso, as contratações de natureza *Serviços de Terceiros* foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 94% do total do valor contratado pelo TJPA em 2019. Nesta categoria, o TJPA contratou obras de construção de prédios, prestação de serviços de manutenção predial, plano de saúde que atende aos servidores, serviços de limpeza e conservação, dentre outros, totalizando **R\$ 89.242.926,04 (oitenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e quatro centavos)**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 9 - Valor contratado X Natureza da contratação.



3.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao Princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou frustrante à realização adequada das funções administrativas. Para estes casos, a própria Constituição previu casos em que a Administração está facultada a proceder contratações diretas, sem licitação, mediante Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

Assim, no exercício 2019, o TJPA realizou 216 (duzentas e dezesseis) contratações/aquisições através de procedimentos de contratação direta, mediante Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

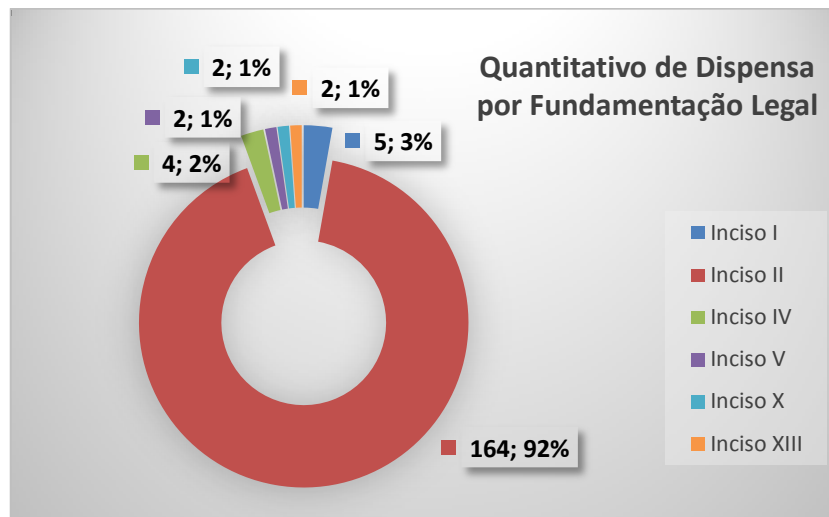
- **Dispensa (Art. 24, Lei nº 8.666/93)**

Foram realizadas 179 (cento e setenta e nove) **Dispensas de Licitação**, sendo que 164 (cento e sessenta e quatro) foram fundamentadas no Art. 24, II, em razão do valor.



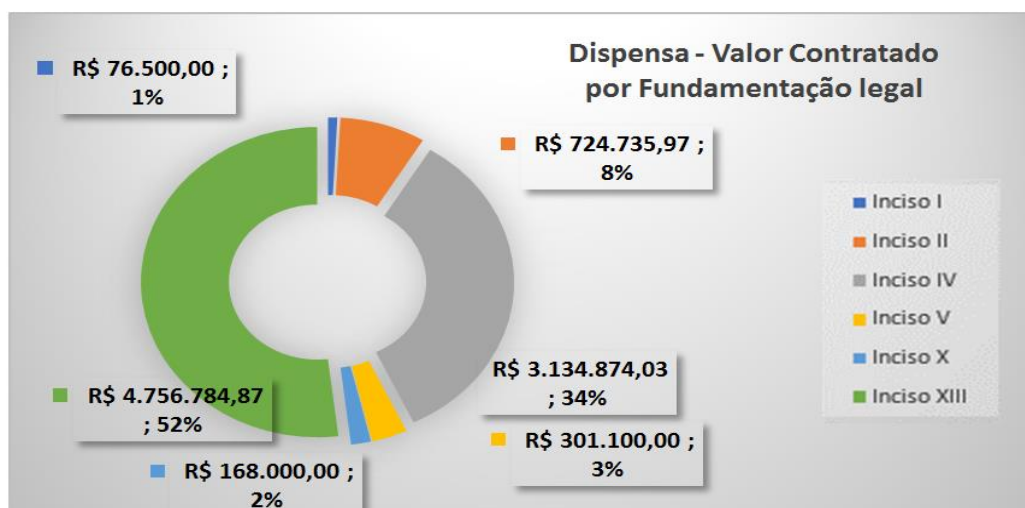
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 10 - Quantitativo de dispensa por fundamentação legal.



No entanto, apesar do grande volume de Dispensas em razão do valor, fundamentadas no Art. 24, II, que correspondeu a 92% do total de Dispensas realizadas pelo TJPA, no que se refere aos recursos orçamentários utilizados, as Dispensas fundamentadas no Art. 24, XIII, foram as que geraram maiores despesas a este Tribunal, totalizando **R\$ 4.756.784,87 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)**, equivalente a 52% do valor total utilizado em 2019 com Dispensas de Licitação. Tal despesa foi decorrente da necessidade de contratação de empresa para executar os concursos para o ingresso na carreira da Magistratura e também para o ingresso de novos servidores.

Gráfico 11 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal.



O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de Dispensa de Licitação foi de **R\$ 9.161.994,87 (nove milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos)**, tendo sido efetuadas

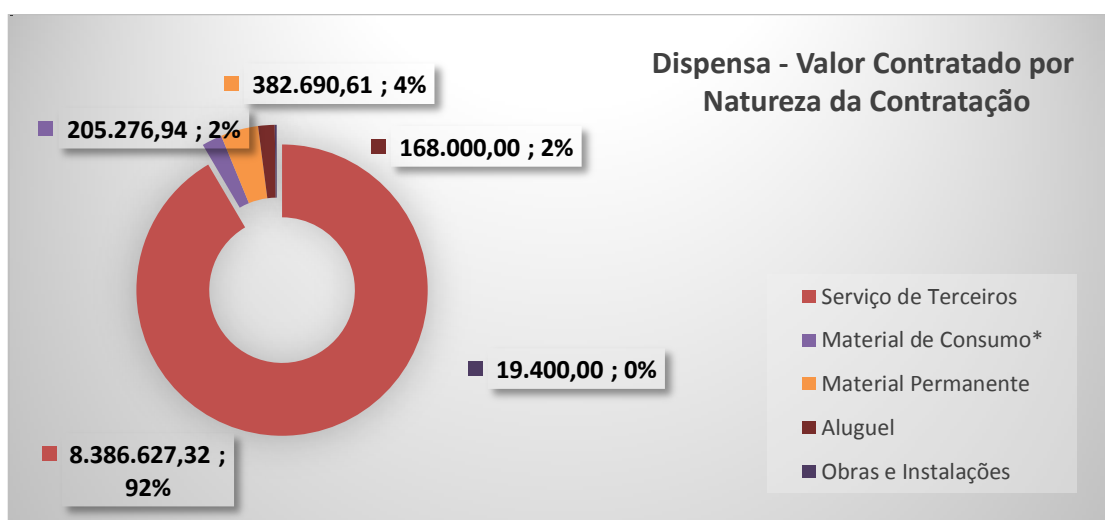


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

contratações/aquisições de natureza *Serviços de Terceiros, Material de Consumo, Material Permanente, Obras e Instalações e Aluguéis*.

O maior volume de contratações diretas por Dispensa de Licitação foi para a contratação de *Serviços de Terceiros*, cuja despesa totalizou **R\$ 8.386.627,32 (oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos)**, o que corresponde a 92% do valor total gasto com contratações fundamentadas no Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Gráfico 12 - Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação.



- ***Inexigibilidade (Art. 25, Lei nº 8.666/93)***

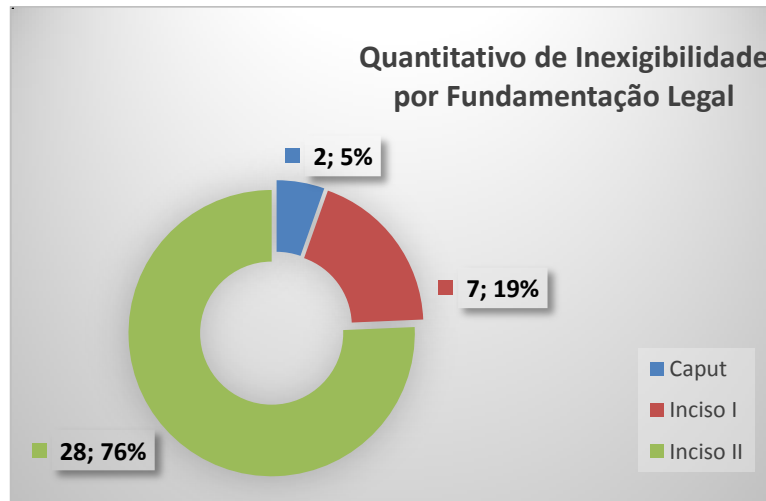
Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo TJPA em 2019 mediante ***Inexigibilidade de Licitação***, foram realizados 37 (trinta e sete) procedimentos, fundamentados no Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

Destes, 28 (vinte e oito) procedimentos foram fundamentados no Art. 25, II, cujo objeto principal foi a contratação de capacitações, o que inclui a realização de cursos e o pagamento de professores, o que equivale a 76% do total de Inexigibilidades formalizadas pelo TJPA no exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

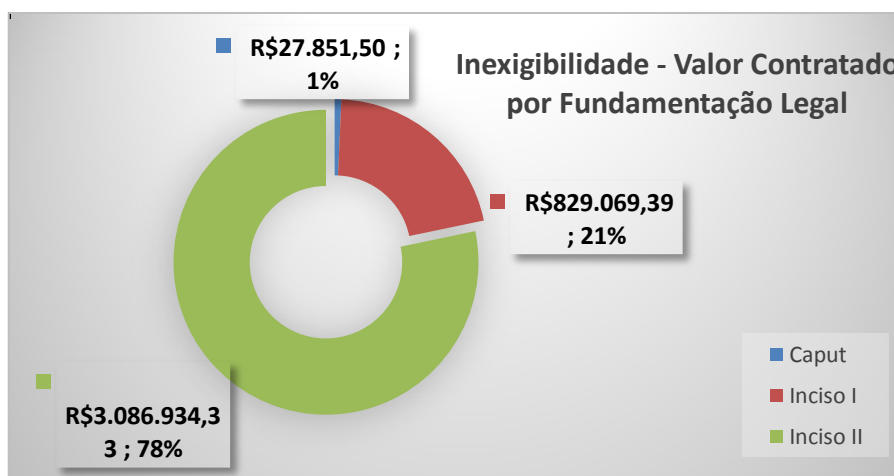
Gráfico 13 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal.



No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por Inexigibilidade de Licitação totalizou **R\$ 3.943.855,22 (três milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos)**.

As contratações fundamentadas no Art. 25, II, foram as que consumiram a maior fatia dos recursos utilizados, tendo sido gasto **R\$ 3.086.934,33 (três milhões, oitenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos)**, o que equivale a 78% do valor total.

Gráfico 14 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal.

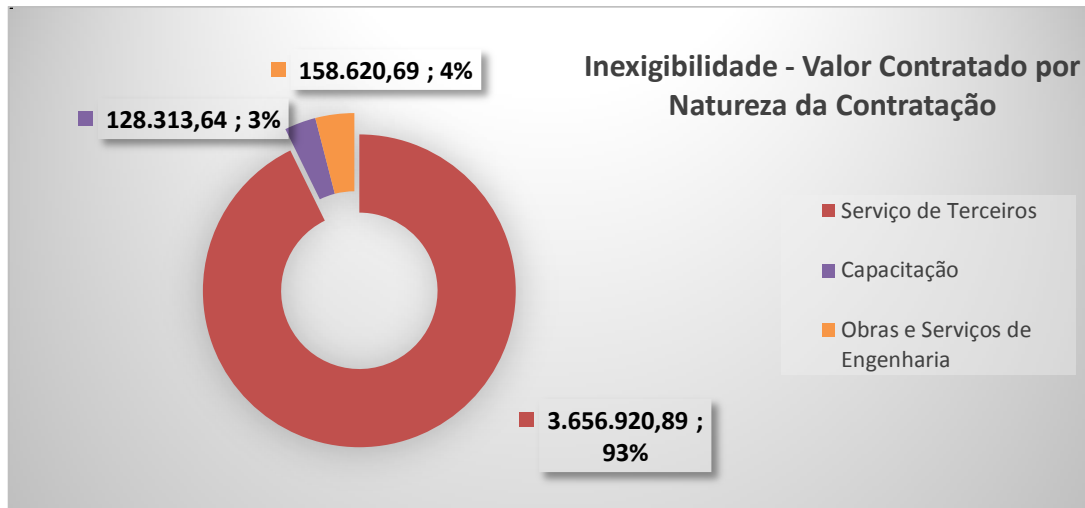


As contratações de maior impacto orçamentário foram as de natureza *Serviços de Terceiros*, que inclui, além das capacitações já mencionadas acima, a contratação de consultoria técnica especializada para realizar levantamentos, análises e estudos visando o aprimoramento da gestão judiciária, em apoio ao desenvolvimento e aprimoramento institucional do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 15 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação.



3.2.3. Dos Contratos Formalizados em 2019

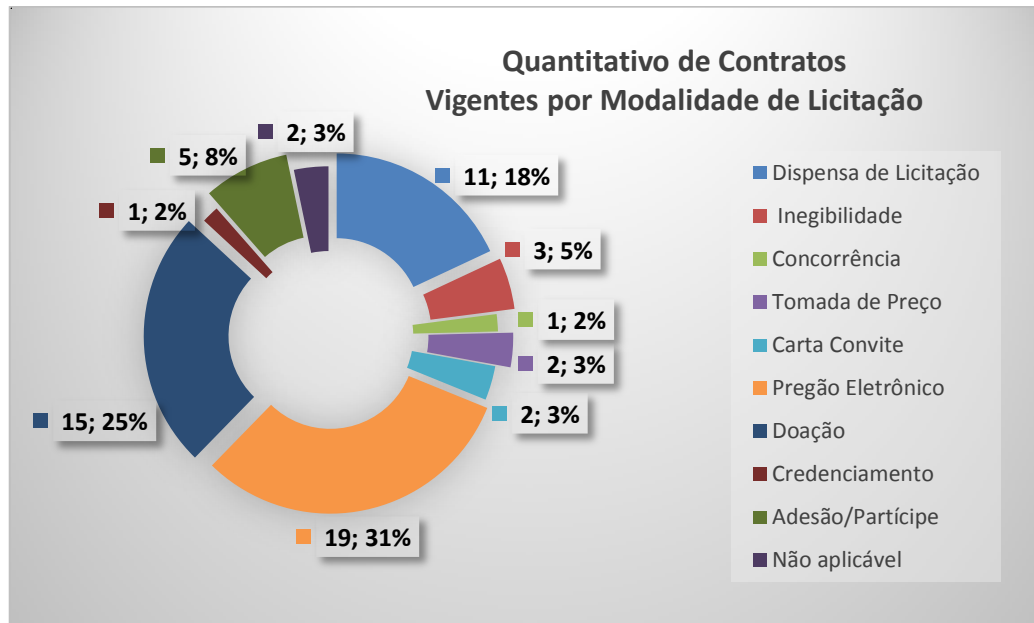
No exercício 2019, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará firmou 61 (sessenta e um) contratos, originados de procedimentos licitatórios ou através de contratações diretas por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, conforme demonstrativo abaixo:

- 19 (dezenove) contratos decorrentes de Pregões Eletrônicos;
- 15 (quinze) instrumentos de Doação de bens móveis inservíveis;
- 11 (onze) contratos formalizados através de Dispensa de Licitação;
- 03 (três) decorrentes de Inexigibilidade de Licitação;
- 01 (um) contrato originado de Concorrência Pública;
- 02 (dois) decorrentes de Tomadas de Preço;
- 02 (dois) originados de Carta Convite;
- 01 (um) referente a Credenciamento de leiloeiros;
- 05 (cinco) contratos originados de Adesões a Atas de Registro de Preços e;
- 02 (dois) referentes à cessão de direitos autorais para utilização em evento institucional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 16 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação.



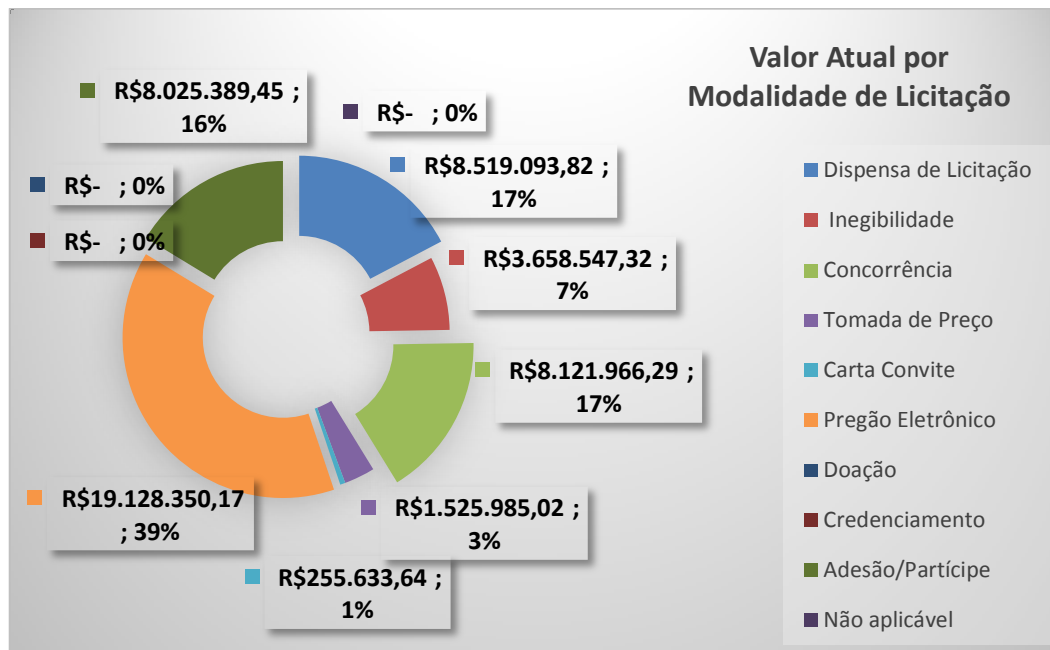
Os contratos pactuados em 2019 apresentaram valores iniciais totais de **R\$ 40.861.875,63 (quarenta milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos)**. Todavia, após a realização de Termos Aditivos e demais ajustes contratuais, o exercício 2019 fechou com valores atualizados para os contratos firmados no referido exercício, totalizando **R\$ 49.234.965,71 (quarenta e nove milhões, duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos)**.

Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de Pregões Eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo TJPA em 2019, totalizando **R\$ 19.128.350,17 (dezenove milhões, cento e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais e dezessete centavos)**, o que equivale a 39% de toda a despesa realizada pelo Tribunal com os contratos administrativos firmados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 17 - Valor atual por modalidade de licitação.



Já no que se refere à natureza das contratações em relação aos valores contratados, a maior despesa realizada diz respeito aos Contratos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), onde foram gastos **R\$ 22.925.336,86 (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos)**, o que representa 47% das despesas efetuadas.

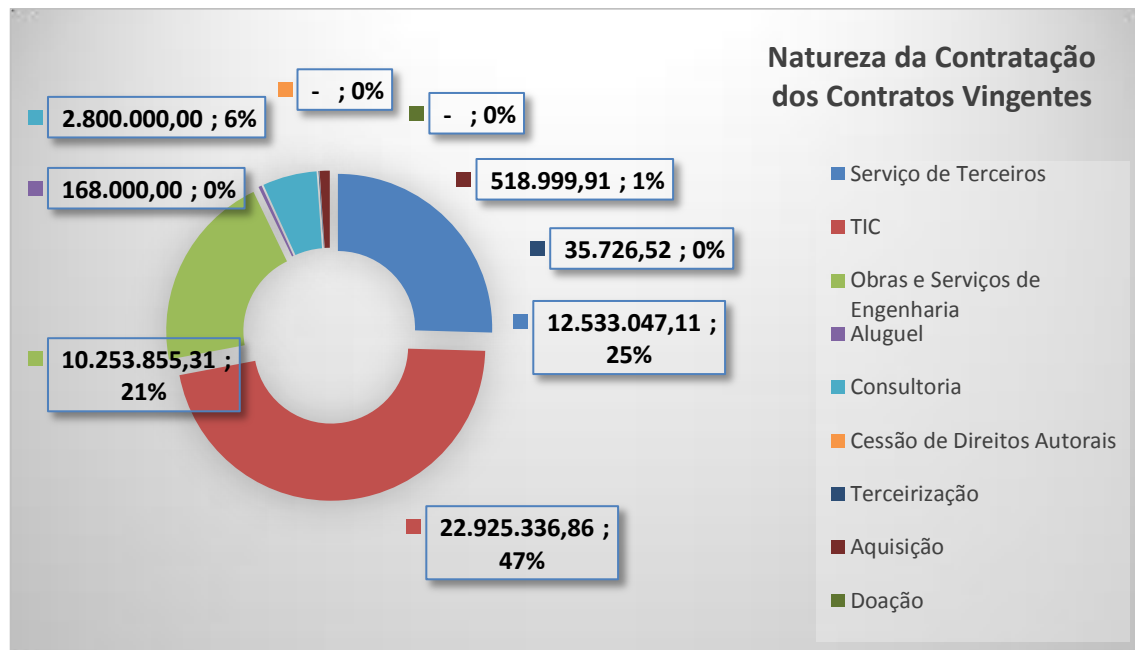
Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 25% do total, estão aquelas de natureza “*Serviços de Terceiros*”, cujo valor total foi de **R\$ 12.533.047,11 (doze milhões, quinhentos e trinta e três mil, quarenta e sete reais e onze centavos)**. Nesta categoria, o TJPA contratou serviços de organização de concursos públicos, planos de saúde para servidores e magistrados, dentre outros.

Os contratos para a realização de Obras e Serviços de Engenharia também consumiram considerável parcela dos recursos orçamentários, totalizando **R\$ 10.253.855,31 (dez milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos)**, o equivalente a 21% do total de despesas realizadas com contratações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 18 - Natureza da contratação dos contratos vigentes.



3.2.4. Dos Controles Internos Administrativos Relacionados à Atividade de Compras e Contratações

A qualidade dos controles internos administrativos em relação à capacidade de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como as propostas de melhorias, é avaliada pela Secretaria de Controle Interno do TJPA durante a realização das Auditorias, Fiscalizações, Monitoramentos e demais procedimentos correlatos.

No exercício 2019 foram realizadas 02 (duas) auditorias na Divisão de Manutenção da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, com o objetivo de avaliar os controles internos das atividades de Manutenção de Equipamentos e Manutenção Predial. Destes procedimentos foram verificadas possibilidades de melhorias pela unidade auditada, melhorias estas que irão refletir positivamente nas contratações deste Tribunal.

Além disso, foram realizados Monitoramentos decorrentes de Auditorias de anos anteriores cujos objetos foram Dispensa e Inexigibilidade de Licitação e procedimentos de TIC, dentre os quais Telefonia Fixa e Móvel.

Aqui cabe ressaltar que este Tribunal, no exercício 2019, editou alguns normativos voltados ao fortalecimento dos controles internos relacionados à atividade de compras e contratações, dentre os quais destacam-se os seguintes:

- *Portaria nº 3016/2019-GP – Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Pará, e dá outras providências;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- *Portaria nº 2185/2019-GP – Dispõe sobre a tramitação de processos administrativos para a Divisão de Acompanhamento;*
- *Portaria nº 3015/2019-GP – Dispõe sobre regras e diretrizes da etapa de planejamento das contratações de bens e serviços no âmbito da Administração deste Tribunal de Justiça.*

Através de referidos normativos, nota-se a preocupação da Gestão do TJPA em padronizar os procedimentos e observar a necessária segregação de funções, conforme sua estrutura administrativa, o que seguramente agregará valor à Instituição e sua rotina relacionada à atividade de compras e contratações.

3.3. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

3.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o TJPA conta um acervo de 253 imóveis próprios e 12 alugados, totalizando 265 imóveis utilizados para prestação jurisdicional, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão. Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

Para o exercício de 2019, a SEA consolidou suas atividades em 06 Ações ao longo do Programa Infraestrutura e Gestão de TIC, e as concretizou na execução de 12 obras de Construção e Reforma com Ampliação, além da Manutenção, Restauro e Adaptações no Prédio Sede, em 126 unidades judiciárias, em prédios funcionais na Região Metropolitana de Belém e em todo o Estado.

De acordo com os dados da SEA, por meio do anexo M12, pode-se inferir que o volume de recursos alocados atingiu o montante de R\$ 20.848.712,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e setecentos e doze reais), sendo que o executado no exercício foi na ordem de R\$ 14.360.767,22 (Quatorze milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos) o que corresponde a um percentual de 69% de execução financeira.

Em um paralelo com o exercício anterior, que teve um dispêndio de 15.295.740,61 (quinze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

um centavos), constata-se que houve um menor desembolso de recursos, na ordem de R\$ 934.973,39 (novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos), o que representa em termos percentuais uma redução de 6%.

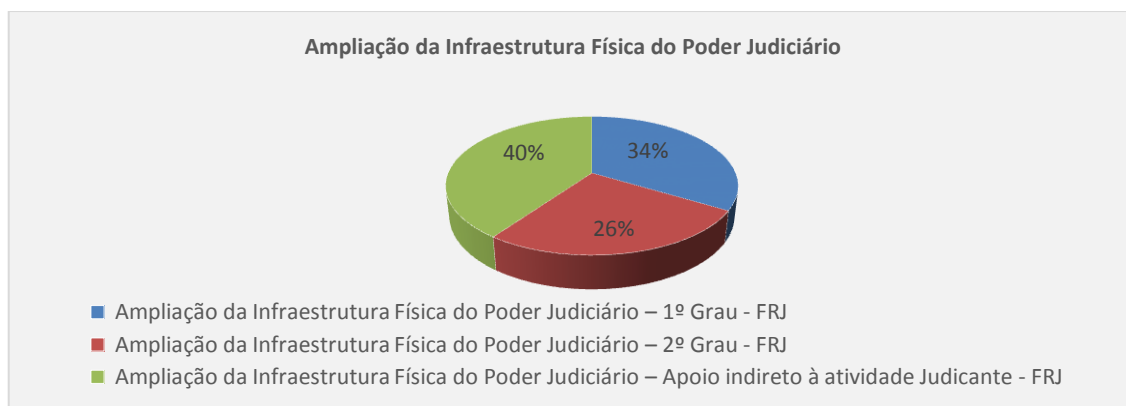
Segue abaixo o gráfico com a representação da dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.

Gráfico 19 - Dotação X Execução de Obras e Serviços de Engenharia.



Os gráficos a seguir apresentam a distribuição de recursos investidos em cada Ação ao longo do Programa Infraestrutura e Gestão de TIC:

Gráfico 20 – Desembolso de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.

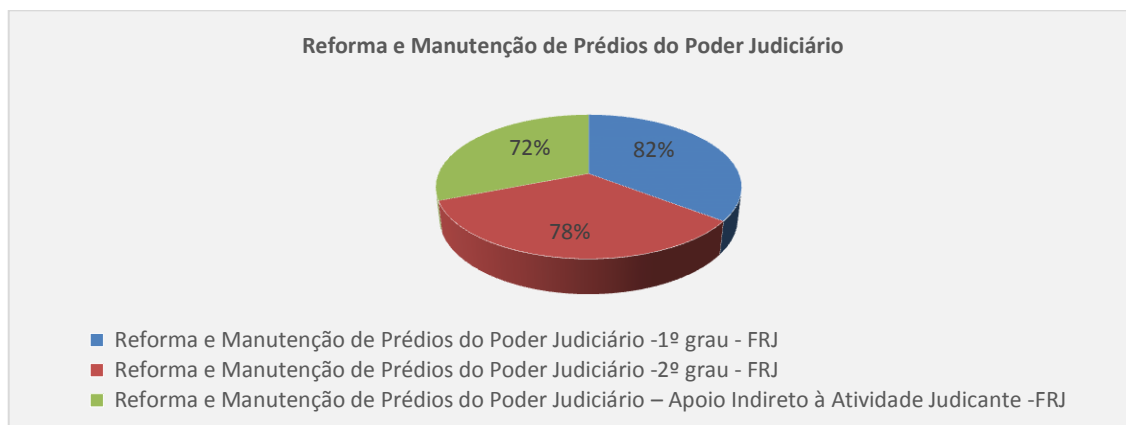


Conforme demonstrado no gráfico acima, em relação às ações de Ampliação da Infraestrutura Física, os imóveis correspondentes ao Apoio à Atividade Judicante foram os que demandaram um maior desembolso de recursos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

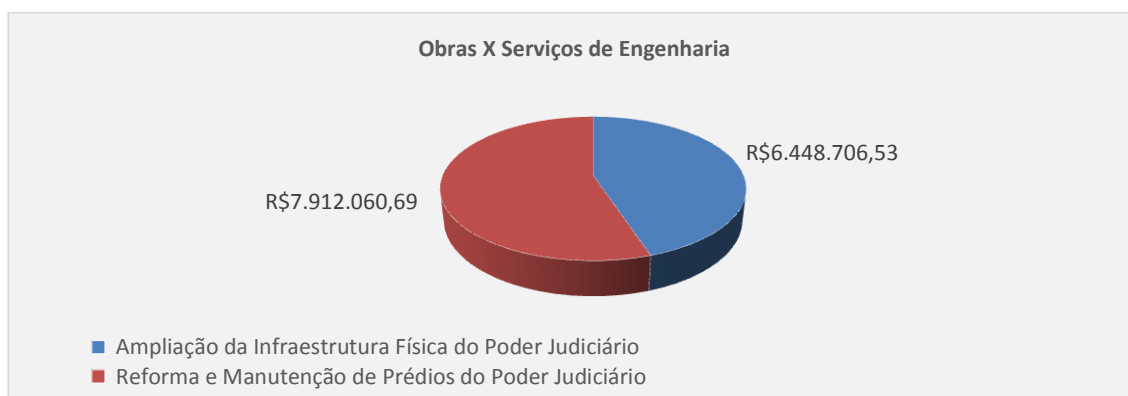
Gráfico 21 – Percentual de execução financeira das ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.



Em relação ao gráfico acima, correspondente à Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário, conclui-se que o maior percentual de execução financeira ocorreu nos Prédios referentes ao 1º Grau.

No gráfico seguinte, alusivo às Obras e Serviços de Engenharia, percebe-se que os serviços de Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foram os que demandaram maior desembolso no período.

Gráfico 22 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.



3.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia Dentro do Planejamento Estratégico

A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019 exercício 2019, e na Planilha M12, foram identificadas as seguintes Ações:

Ampliação da Infraestrutura Física



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau-FRJ**

A Ação contemplou algumas obras de pequeno porte, aquisições de Plataformas de Percurso Vertical, Aparelhos de ar condicionado tipo Split, Persianas, Serviço de Sondagem e as Construções dos Fóruns das Comarcas de Viseu, prevista no Plano de Obras, e Vitória do Xingu por meio do Termo de Cooperação Técnica firmado com a empresa Norte Energia SA.

A execução dessa Ação envolveu um desembolso de recursos de R\$ 1.541.302,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e um mil e trezentos e dois reais). O percentual financeiro foi de 56% contra um percentual físico de apenas 16%.

De acordo com a Secretária da SEA, o baixo percentual físico apresentado é decorrente de 03 obras concluídas com pendências, 02 contratos cancelados devido à incapacidade de execução por parte das empresas contratadas e 05 obras adiadas por indisponibilidade financeira, conforme tabela a seguir:

Quadro VII - Situação das obras e serviços previstos – 1º Grau.

Nº	Objeto / Município	Situação	Meta física
1	Construção do Fórum da Comarca de Vitória do Xingu	Concluída	OK
2	Construção do Fórum da Comarca de Viseu	Concluída	OK
3	Construção do Novo Fórum Distrital de Mosqueiro - 2ª Etapa	Concluída - pendência	-
4	Construção do novo Fórum de Alenquer	Concluída - pendência	-
5	Construção do Fórum da Comarca de Óbidos	Concluída - pendência	-
6	Reforma do Fórum da Comarca de Muaná	Paralisada - revisão contratual	-
7	Construção do Muro no Fórum da Comarca de Terra Santa	Paralisada - revisão contratual	-
8	Construção do novo Fórum da Comarca de Altamira	Paralisada - revisão contratual	-
9	Reforma e Ampliação do Fórum da Comarca de Tailândia	Adiada - Indisponibilidade financeira	-
10	Reforma e Ampliação do Fórum da Comarca de Barcarena	Adiada - Indisponibilidade financeira	-
11	Construção do novo Fórum da Comarca de Castanhal	Adiada - Indisponibilidade financeira	-
12	Reforma das Residências oficiais da Comarca de Itaituba	Adiada - Indisponibilidade financeira	-

As três obras concluídas com pendências são a Construção dos Fóruns de Mosqueiro, Alenquer e Óbidos, que apesar de inauguradas, aguardam a entrega da Outorga Onerosa dos poços artesianos por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).



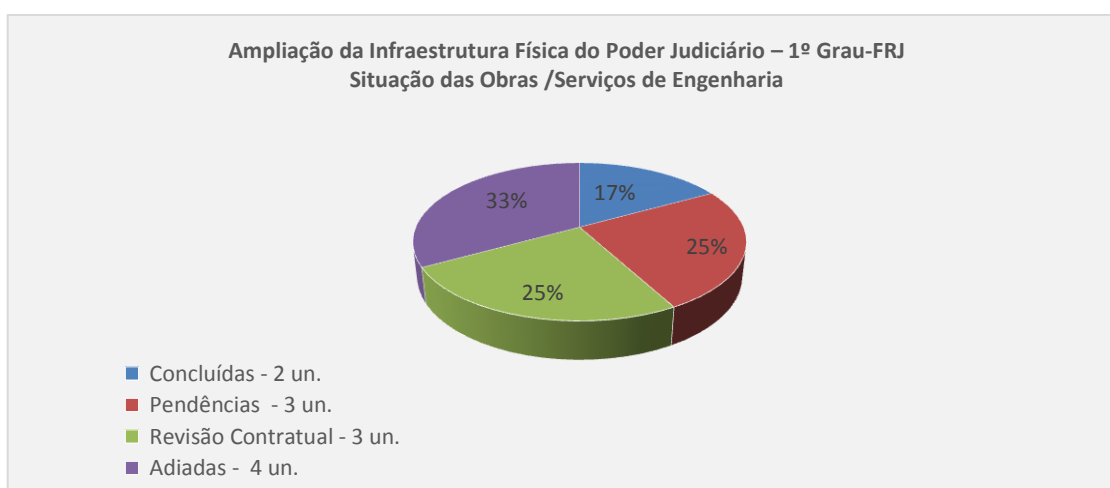
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Construção do novo Fórum de Altamira foi paralisada, no entanto a execução é via convênio com a empresa Norte Engenharia.

A Reforma do Fórum de Muaná, Construção do Muro do Fórum de Terra Santa, Reforma e Ampliação dos Fóruns de Tailândia e Barcarena, Construção do novo Fórum de Castanhal e a Reforma das Residências oficiais da Comarca de Itaituba foram adiadas em virtude de indisponibilidade financeira.

Segue gráfico com o demonstrativo da situação das obras e serviços em questão:

Gráfico 23 - Situação das obras e serviços de engenharia - 1º Grau.



▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau-FRJ**

A Ação contemplou a Construção da nova via de acesso ao Prédio Sede do TJPA com o intuito de reduzir o fluxo de veículos que circulava na Av. Almirante Barroso em direção à única entrada existente ao Prédio, ocasionando congestionamento nos horários de entrada e saída do trabalho.

A execução da Ação envolveu um desembolso de R\$ 1.053.972,00 (um milhão, quinhentos e três mil e novecentos e setenta e dois reais), o que representa um percentual financeiro de 97%, sendo que a Ação revelou um percentual de execução física de 100%, o que representa convergência entre planejado e executado.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ**

Esta Ação contemplou a ampliação de imóvel para a implantação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), além do Projeto e Construção do Anexo II ao Prédio Sede, objetivando abrigar uma extensão da Corregedoria. Para a execução desta Ação houve um desembolso de R\$ 3.771.468,00 (Três milhões, setecentos e setenta e um mil e quatrocentos e sessenta e oito reais), o que representa um percentual de execução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

financeira de 79%. Sob uma ótica puramente quantitativa, o percentual sinaliza para uma boa gestão dos recursos financeiros, visto que o percentual de execução física foi de 100%.

Reforma e Manutenção de Prédios

▪ Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º grau – FRJ.

A Ação contemplou reformas e manutenção em 126 unidades judiciárias entre Fóruns, Juizados e Termo Judiciário, com percentual de execução financeira em 82% e de 203% de execução física, sinalizando, sob o ponto de vista de uma ótica puramente quantitativa, um bom desempenho na gestão da Ação.

▪ Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 2º grau – FRJ.

Esta Ação envolveu a manutenção, restauro e adaptações de ambientes do Prédio Sede, bem como a prestação de serviços de manutenção dos prédios das unidades funcionais ao longo de todo o Estado. A Ação indica um percentual de 100% na execução física dos serviços, para uma execução financeira de 78%, sinalizando, sob o ponto de vista de uma ótica puramente quantitativa, um bom desempenho na gestão da Ação.

▪ Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ.

Nesta Ação foram realizadas as manutenções na Casa Amarela, Escola Judicial, Depósito da BR, Arquivo da 16 de novembro, Serviço Médico, Serviço Odontológico, Complexo Augusto Montenegro - Almoxarifado e Datacenter, almoxarifado da Cidade Velha e o antigo imóvel da Secretaria de Gestão de Pessoas (Rua Curuçá). Quanto a execução física houve um percentual de 300% para apenas 72% de execução financeira, alcançando assim os objetivos definidos sinalizando, sob o ponto de vista de uma ótica puramente quantitativa, alto nível de eficiência.

3.4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE TIC

3.4.1. Planejamento de TIC

O Planejamento Estratégico de TIC do TJPA está alinhado às orientações do Conselho Nacional de Justiça acerca da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, estabelecidas mediante a Resolução nº 211 de 15 de dezembro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

O programa “Infraestrutura e Gestão de TIC” do PPA 2016-2019 estabelece como objetivo promover a expansão e o aparelhamento da Infraestrutura do Poder Judiciário, adotando as 7 Ações abaixo, distribuídas para os diferentes graus de jurisdição, totalizando 17 ações.

- Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário
- Implementação do Sistema de Segurança da Informação
- Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário
- Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário
- Atualização Tecnológica dos Sistemas do Poder Judiciário
- Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário
- Aparelhamento das Unidades Judiciárias

3.4.2. Recursos Aplicados em TIC

Para o exercício de 2019, o Tribunal planejou um dispêndio em Tecnologia da Informação e Comunicação uma dotação inicial de R\$ 59.155.957,00 (valor incluído na Lei de Orçamento Anual – LOA 2019).

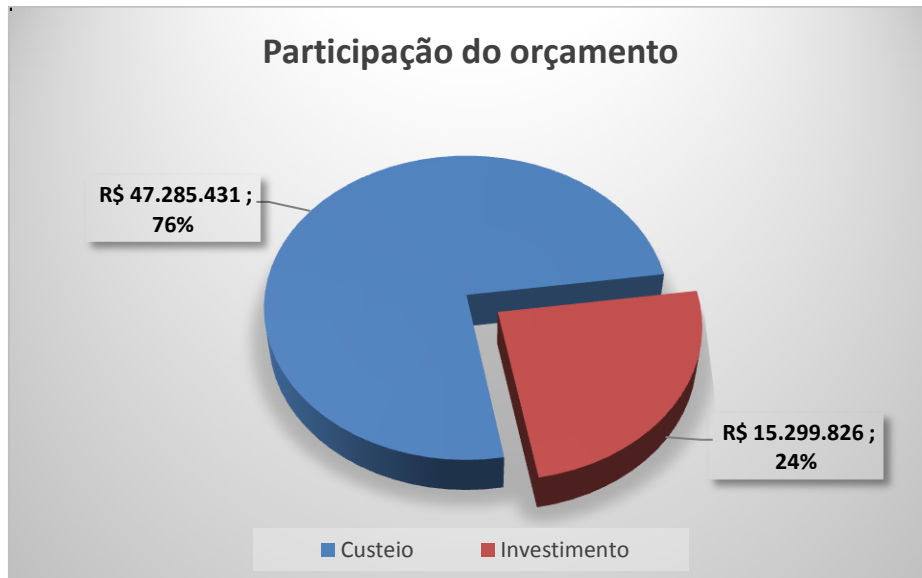
Além do valor previsto na LOA, o TJPA conseguiu um acréscimo de R\$ 13.146.074,00 para o Programa Infraestrutura e Gestão de TIC. Assim, o valor total da dotação atualizada foi de R\$ 72.302.031,00.

Do orçamento previsto, o montante de R\$ 62.585.256,87 foi empenhado e pago no exercício de 2019, restando uma dotação disponível de R\$ 9.716.774,50. A tabela abaixo apresenta a participação do orçamento por natureza da despesa (custeio e investimento).



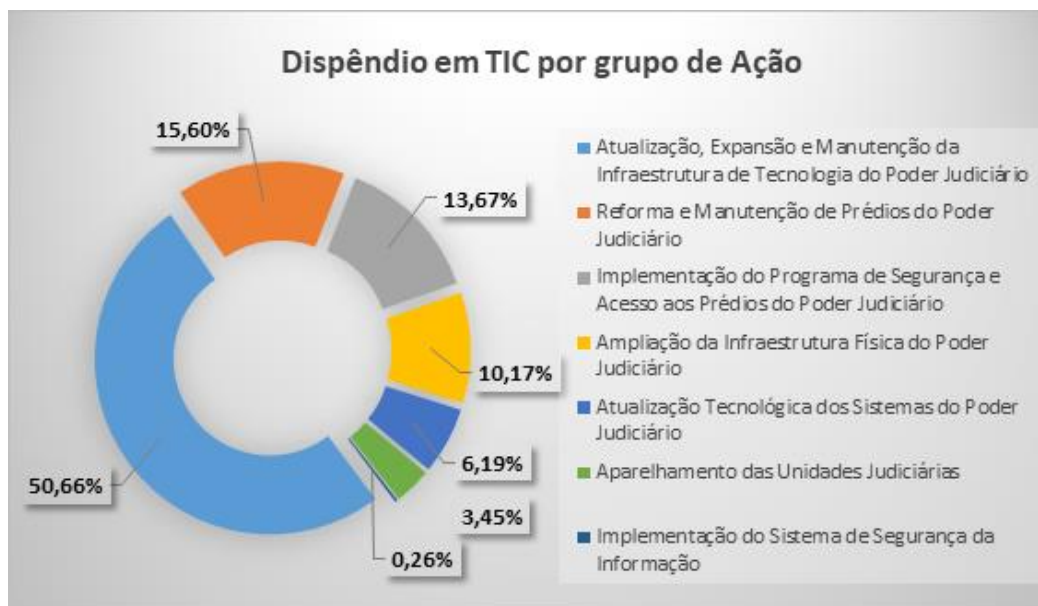
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 24 - Participação do orçamento.



Quanto aos recursos aplicados em TIC, a maior parte (50,66%) do valor efetivamente pago no exercício foi utilizada para a Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário, conforme demonstra o gráfico a seguir, que detalha o dispêndio em TIC por grupo de ação.

Gráfico 25 – Dispêndio em TIC por grupo de Ação.

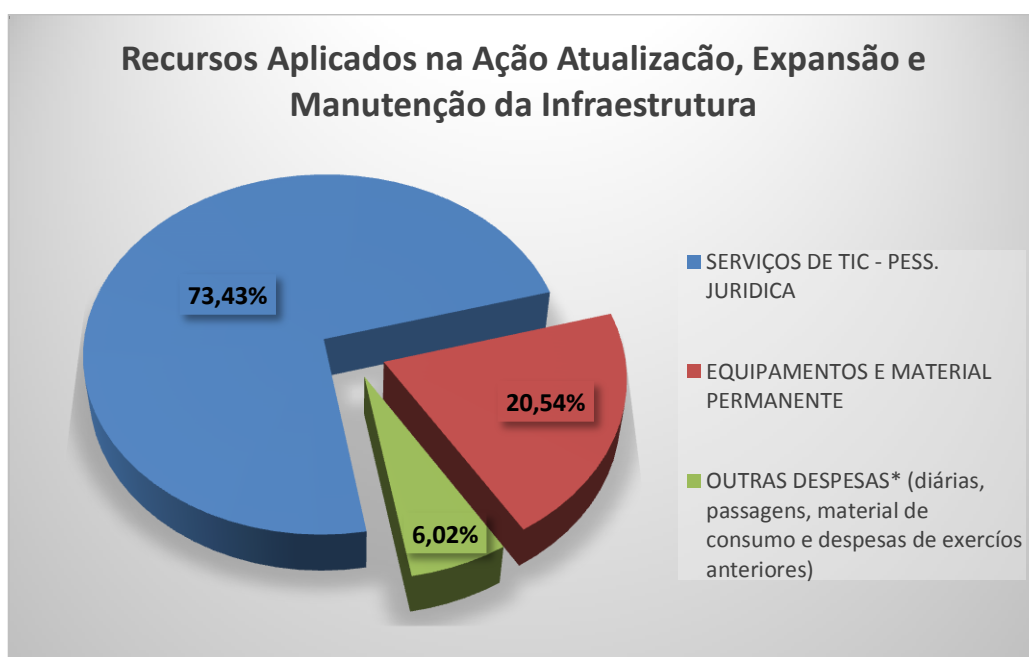




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2019, o TJPA investiu R\$31.703.600,00 (50,66%) em equipamentos e infraestrutura computacional, através de aquisições de ativos de hardware, softwares, como a implantação da primeira fase do Novo *DataWarehouse*, e o Novo Painel de Execução Fiscal, também na primeira fase. Os investimentos realizados estão relacionados com serviços de tecnologia do Poder Judiciário, na ação Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura, atendendo todas as unidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição.

Gráfico 26 - Recursos Aplicados na Ação Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura.



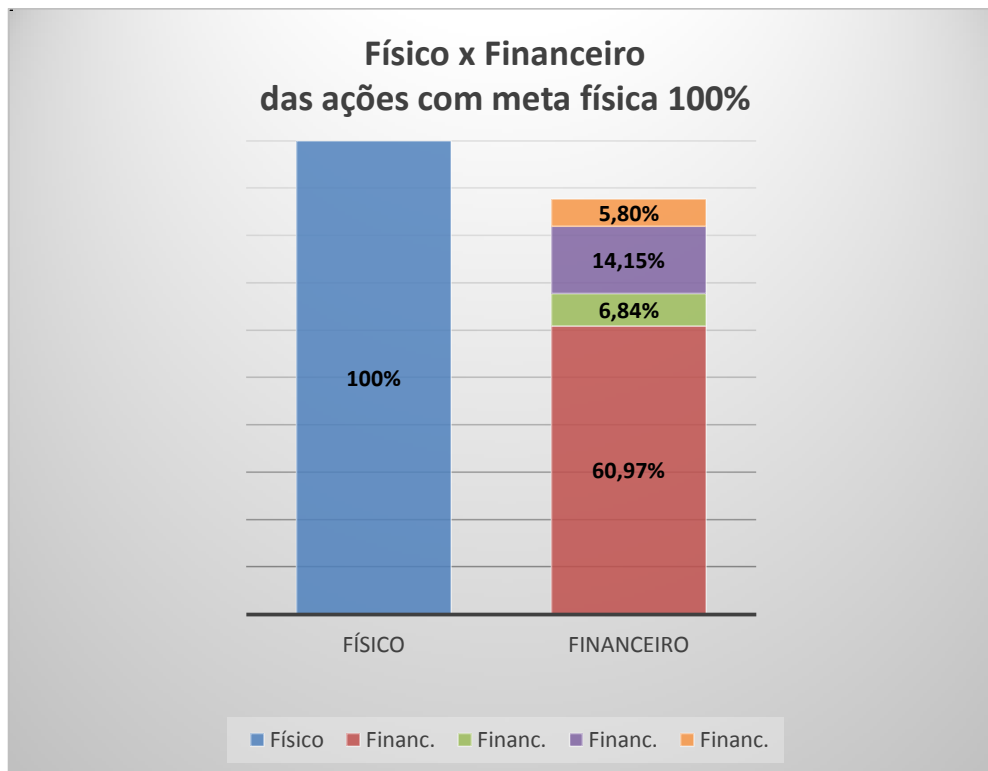
Além disso, de acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 – Exercício 2019, fazem parte do mesmo investimento: Ações Educacionais no Âmbito da Central de Serviços, Automatização de Indicadores Contratuais para o Contrato de Suporte a Serviços de TIC, Operação de Streaming em Sessões Plenárias, Expansão no SEEU e digitalização de processos de documentos físicos, além de outros, como a Atualização de Virtualização de Data Center e de Sistemas Essenciais de Rede, e Redução na quantidade de Comarcas operando com circuitos satélite.

Vale destacar que das 17 ações implementadas neste Programa 16 alcançaram a meta, ou seja, 100%, com uma execução financeira de 87,76% da dotação prevista, distribuída com 60,97%, 6,84% e 14,15% respectivamente, no 1º grau, 2º grau e Apoio Indireto à Atividade Judicante, além de 5,80% na ação Atualização Tecnológica dos Sistemas do Poder Judiciário, que atende todos os graus de jurisdição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 27 - Físico x Financeiro das ações com meta física 100%.



Segundo o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 – Exercício 2019, a única ação que não alcançou a meta foi a de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau, que teve 16% da meta física realizada. Referente a duas obras de um total de 12. A princípio esta ação tinha previsto uma dotação de R\$5.391.673,00, contudo houve uma redução de 49,14%, passando a ser de R\$ 2.742.227,00, sem, no entanto, haver alteração no quantitativo da meta física. Quanto ao financeiro houve um dispêndio de 56% deste valor, R\$ 1.541.302,00.

Foram concluídas em 2019 as obras dos Fóruns das Comarcas de Viseu, na região nordeste, e de Vitória do Xingu, no sudoeste, além da reforma e ampliação do prédio, em Belém, onde já funciona a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA. O Fórum de Viseu incluiu uma nova Vara e atende às condições de acessibilidade. O Fórum de Vitória do Xingu foi feito em convênio com a Companhia Norte Energia. O prédio térreo tem capacidade para duas Varas Judiciais. A conclusão da reforma e ampliação do antigo almoxarifado central do TJPA, na Cidade Velha, em Belém, culminou com a transferência da Secretaria de Gestão de Pessoas para o local, proporcionando maior aproximação da gestão de pessoas dos servidores, considerando que o novo endereço está no entorno dos Fóruns Cível e Criminal da Capital, onde trabalha um grande número de servidores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

De acordo com o setor responsável pelo planejamento das obras previstas, “a *execução financeira não corresponde apenas às ações de obra; incluem ainda os serviços de engenharia, contratos de manutenção*”, além de outros serviços como película, persianas, divisórias, comunicação visual, projetos e aquisição de material. Relata ainda que das 12 unidades prevista, além das duas obras informadas, foram concluídas outras três, mas que não foram computadas devido estarem aguardando a outorgas do uso de poços artesianos, emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o que totalizaria 5 (cinco) unidades realizadas. Quanto às demais (sete), não foram iniciadas por indisponibilidade financeira ou estão paralisadas por problemas na execução contratual.

Os investimentos realizados dentro do Programa estão relacionados com as iniciativas estratégicas do TJPA: Inovação e modernização da infraestrutura de TIC; Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação; Aprimoramento da segurança da informação; e Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação, que fazem parte do Macrodesafio Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC, previsto no Planejamento Estratégico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Do Balanço Orçamentário

4.1.1. Receita

A Lei do Governo do Estado do Pará nº 8.335/2015, instituiu o Plano Plurianual do Estado, período de 2016-2019. O PPA está estruturado em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. No Panorama Orçamentário deste relatório, foram apresentadas as Dotações Orçamentárias dos Programas Temáticos (Atuação Jurisdicional, Governança Institucional e Infraestrutura e Gestão de TIC) e Manutenção da Gestão do Poder Judiciário.

A Lei nº 8.809, de 27 de dezembro de 2018, estimou a receita e fixou a despesa do Estado do Pará para o Exercício Financeiro de 2019, também aprovou para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará a dotação inicial de R\$ 1.169.419.291,00 (um bilhão, cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa e um reais), compreendendo as Unidades Gestoras, distribuídas da seguinte forma: UG 040101 – Tesouro e UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ:

UG 040101 – Tesouro - R\$ 1.003.728.029,00

UG 040102 – FRJ - R\$ 165.691.262,00

Quadro VIII - Previsão Inicial da Receita para 2019.

PREVISÃO DA RECEITA		
Cód. Fonte Recurso	FONTE	R\$
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado		1.003.728.029,00
101	Recursos Ordinários	998.575.525,00
112	Receita Patrimonial	5.152.504,00
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário		165.691.262,00
101	Recursos Ordinários	10.000.000,00
106	Recurso Proveniente de Transferências - Convênios e Outros	70.000,00
112	Receita Patrimonial - Outros Poderes	6.876.846,00
118	Rec. Própria do Fundo de Reaparelhamento	148.744.416,00
Total		1.169.419.291,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Média Mensal	97.451.607,58
--------------	---------------

Fonte: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo do Estado do Pará

4.1.1.1. UG 040101 - Tesouro

No decorrer do exercício, houve atualização da dotação da UG 040101 - Tesouro, que a elevou ao montante de R\$ 1.037.199.485,60 (um bilhão, trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). Tal implemento se deu em virtude de suplementações e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro IX - Dotação Atualizada UG 040101.

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Suplementado Especial	Cancelamento Dotação Inicial/Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	998.575.525,00	68.197.880,00	0,00	-41.936.512,00	-13.028.133,57	1.011.808.759,43
112	5.152.504,00	227.000,00	0,00	-227.000,00	0,00	5.152.504,00
128	0,00	0,00	1.920.902,90	0,00	0,00	1.920.902,90
301	0,00	12.590.303,84	0,00	-3.536.586,84	-198.129,93	8.855.587,07
312	0,00	6.355.942,00	0,00	0,00	0,00	6.355.942,00
328	0,00	0,00	3.105.790,20	0,00	0,00	3.105.790,20
TOTAL	1.003.728.029,00	87.371.125,84	5.026.693,10	-45.700.098,84	-13.226.263,50	1.037.199.485,60

Fonte: Business Object 2019

A despesa empenhada no exercício de 2019 foi de R\$ 1.016.759.501,51 (um bilhão, dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e um reais e cinquenta e um centavos), correspondente a 98,03% de execução da dotação orçamentária atualizada.

Observa-se que a Receita Realizada apresenta valor deficitário de 1.016.759.501,51 (um bilhão, dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e um reais e cinquenta e um centavos), conforme se depreende do Balanço Orçamentário abaixo. Isso é explicado pelo fato do TJPA não apresentar Receitas Orçamentárias, em linha com o que é demonstrado no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, que será tratado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

adiante neste Relatório. Do Balanço Financeiro é possível identificar que os Ingressos ocorrem em sua maior parte através de Transferências Financeiras Recebidas, que não são classificados como Receitas Orçamentárias. Desta forma, o Déficit Orçamentário é exatamente o valor das Despesas Empenhadas.

Quadro X - Balanço Orçamentário - UG 040101.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECURSOS ARRECADADOS EM EXER. ANTEROR		
SUBTOTAL DAS RECEITAS		
OPERAÇÕES CRÉDITO/REFINANCIAMENTO		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO		
DÉFICIT		1.016.759.501,51
TOTAL		1.016.759.501,51
SALDOS EXERC ANTERIORES		
(UTILIZADOS P/ CRÉDITOS ADICIONAIS)		
SUPERÁVIT FINANCEIRO		
REABERTURA CRÉDITOS ADICIONAIS		
SUPERAVID FINANCEIRO	15.211.529,07	4.049.045,99

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	1.034.638.524,00	1.016.759.501,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	959.766.514,10	947.297.273,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.872.009,90	69.462.227,62
DESPESAS DE CAPITAL	2.560.961,60	
INVESTIMENTOS	2.560.961,60	
SUBTOTAL DESPESAS	1.037.199.485,60	1.016.759.501,51
AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.037.199.485,60	1.016.759.501,51
SUPERÁVIT		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TOTAL	1.037.199.485,60	1.016.759.501,51
Execução de RPN Processados	DEZ EXE ANTERIOR	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	10.584.951,00	10.584.951,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.110.988,55	10.110.988,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	473.962,45	473.962,45
TOTAL	10.584.951,00	10.584.951,00

Fonte: SIAFEM 2019

Houve abertura de crédito adicional, viabilizada pelo superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, no valor de **R\$ 4.049.045,99** (quatro milhões, quarenta e nove mil, quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), em acordo com o Balanço Orçamentário do exercício, através das fontes de recurso 301 e 312.

Quadro XI - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040101.

FONT E	NOME FONTE RECURSO	NOME GRUPO DESPESA	EMPENHADO
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.735.338,78
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.510,76
312	RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	259.196,45
TOTAL			4.049.045,99

Fonte: Business Object 2019

No que tange aos RPN Processados, os R\$ 10.584.951,00 (dez milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais) inscritos no exercício de 2018, foram 100% executados conforme consta no Balanço Orçamentário apresentado acima.

4.1.1.2. UG 040102 - FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 165.691.262,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e dois reais). Após alterações, a Dotação Atualizada do exercício totalizou o montante de R\$ 200.940.539,63 (duzentos milhões, novecentos e quarenta e mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XII - Dotação Atualizada UG 040102.

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	10.000.000,00	569.732,00	-5.599.461,81	0,00	4.970.270,19
106	70.000,00	8.780.354,45	-322.579,16	0,00	8.527.775,29
112	6.876.846,00	0,00	0,00	0,00	6.876.846,00
118	148.744.416,00	8.033.921,00	-8.033.921,00	-2.846.477,94	145.897.938,06
301	0,00	10.309.671,00	0,00	0,00	10.309.671,00
312	0,00	19.502.974,69	-1.050.000,00	-762.018,60	17.690.956,09
318	0,00	7.202.491,00	-750.000,00	-57.408,00	6.395.083,00
323	0,00	272.000,00	0,00	0,00	272.000,00
TOTAL	165.691.262,00	54.671.144,14	-15.755.961,97	-3.665.904,54	200.940.539,63

Fonte: Business Object 2019

A despesa empenhada no exercício de 2019 foi de R\$ 178.013.818,23 (cento e setenta e oito milhões, treze mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e três centavos), correspondente a 88,59% de execução da dotação orçamentária atualizada.

Observa-se que a Receita Realizada apresenta valor deficitário de 178.013.818,23 (cento e setenta e oito milhões, treze mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e três centavos), conforme se depreende do Balanço Orçamentário abaixo. Na mesma linha de raciocínio explanado para a UG 040101, isso é explicado pelo fato de o TJPA não apresentar Receitas Orçamentárias. Desta forma, o Déficit Orçamentário é exatamente o valor das Despesas Empenhadas.

Quadro XIII - Balanço Orçamentário - UG 040102.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Recursos Arrec. em Exerc. Ant (III)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)		
Operações Crédito/Refinanciamento (V)		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMEN (VI) = (IV+V)		
Déficit (VII)		178.013.818,23
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		178.013.818,23
Saldos Exercícios Anteriores		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(Utilizados P/ Créditos Adicionais)		
Superávit Financeiro		
Reabertura de Créditos Adicionais		
SUPERAVID FINANCEIRO	34.667.710,09	27.188.037,20
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
Despesa corrente (IX)	178.944.242,50	159.366.746,86
Outras despesas Correntes	178.944.242,50	159.366.746,86
Despesa de Capital (X)	21.996.297,13	18.647.071,37
Investimentos	21.996.297,13	18.647.071,37
SUB TOTAL DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	200.940.539,63	178.013.818,23
Amortização Dívida/Refinanc (Xiv)		
SUBTOTAL C/ REFINANC (XV) = (XIII+XIV)	200.940.539,63	178.013.818,23
Superávit (XVI)		
TOTAL (XV + XVI)	200.940.539,63	178.013.818,23
EXECUÇÃO DE RPN LIQUIDADOS	DEZ EXE ANTERIOR	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	1.583.110,92	1.515.030,86
Outras Despesas Correntes	1.583.110,92	1.515.030,86
DESPESA DE CAPITAL	1.642.863,72	1.446.454,15
Investimento	1.642.863,72	1.446.454,15
TOTAL	3.225.974,64	2.961.485,01

Fonte: SIAFEM 2019

O valor inscrito em restos a pagar registrado no final do exercício de 2018 foi de **R\$ 3.225.974,64** (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), onde foi efetivamente pago **R\$ 2.961.485,01** (dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representando 91,80% do que foi inscrito.

A abertura de crédito adicional, viabilizada pelo superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, no valor de **27.188.037,20** (vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil, trinta e sete reais e vinte centavos) se deu através das fontes de recurso 301, 312 e 318, conforme detalhamento no quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XIV - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040102.

FONTE	NOME FONTE RECURSO	NOME GRUPO DESPESA	EMPENHADO
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.599.547,96
301	RECURSOS ORDINÁRIOS	INVESTIMENTOS	872.990,26
312	RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.880.425,87
312	RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES	INVESTIMENTOS	4.319.376,39
318	REC. PROP. DO FUNDO DE REAPARELH. DO JUDICIÁRIO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.415.760,24
318	REC. PROP. DO FUNDO DE REAPARELH. DO JUDICIÁRIO	INVESTIMENTOS	1.852.794,15
323	RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO DE BENS	INVESTIMENTOS	247.142,33
TOTAL			27.188.037,20

Fonte: Business Object 2019

4.1.2. Despesa

Seguindo o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual do TJPA seguiu a Previsão Inicial de Despesa em igual montante à Dotação Inicial da Receita, ambas no valor de R\$ 1.169.419.291,00 (um bilhão, cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa e um reais).

Quadro XV - Dotação Inicial da Despesa para 2019 - UG 040101 e 040102.

DOTAÇÃO INICIAL DA DESPESA			
Cód. Fonte Recurso	FONTE		R\$
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado			1.003.728.029,00
101	Recursos Ordinários		998.575.525,00
	Pessoal e Encargos Sociais	905.235.061,00	
	Outras Despesas Correntes	93.340.464,00	
112	Receita Patrimonial – Outros Poderes		5.152.504,00
	Pessoal e Encargos Sociais	4.254.000,00	
	Outras Despesas Correntes	898.504,00	
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário			165.691.262,00
101	Recursos Ordinários		10.000.000,00
	Outras Despesas Correntes	2.810.588,00	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

	Investimentos	6.568.739,00	
	Inversões Financeiras	620.673,00	
106	Rec. Prov. De Transferências – Convênios e Outros		70.000,00
	Outras Despesas Correntes	70.000,00	
112	Receita Patrimonial – Outros Poderes		6.876.846,00
	Outras Despesas Correntes	6.576.846,00	
	Investimentos	300.000,00	
118	Rec. Própria do Fundo de Reparelhamento do Judiciário		148.744.416,00
	Outras Despesas Correntes	147.901.997,00	
	Investimentos	842.419,00	
Total			1.169.419.291,00
Média Mensal			97.451.607,58

Fonte: Business Object 2019

Analisando a Dotação Inicial, por grupo de despesa, a categoria “Pessoal e Encargos Sociais” totalizou R\$ 909.489.061,00 (novecentos e nove milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, sessenta e um reais), o grupo “Outras Despesas Correntes” totalizou R\$ 251.598.399,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e nove reais), o grupo “Investimentos” totalizou R\$ 7.711.158,00 (sete milhões, setecentos e onze mil, cento e cinquenta e oito reais) e o grupo “Inversões Financeiras” R\$ 620.673,00 (seiscentos e vinte mil, seiscentos e setenta e três reais).

Quadro XVI - Dotação Atualizada da Despesa para 2019 - TJPA

DOTAÇÃO ATUALIZADA DA DESPESA - UG 040101 E 040102			
Cód. Fonte Recurso	FONTE		R\$
UG 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO			1.037.199.485,60
101	RECURSOS ORDINARIOS		1.011.808.759,43
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	942.398.845,10	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.409.914,33	
112	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES		5.152.504,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.254.000,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	898.504,00	
128	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST.PARA		1920902,9
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.920.902,90	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

301	RECURSOS ORDINARIOS		8.855.587,07
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.007.727,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	847.860,07	
312	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES		6355942
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.105.942,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.250.000,00	
328	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST.PARA		3105790,2
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	544.828,60	
	INVESTIMENTOS	2.560.961,60	
UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO			200.940.539,63
101	RECURSOS ORDINARIOS		4.970.270,19
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.081.400,91	
	INVESTIMENTOS	2.888.869,28	
106	REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUTROS		8.527.775,29
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	527.893,09	
	INVESTIMENTOS	7.999.882,20	
112	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES		6.876.846,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.576.846,00	
	INVESTIMENTOS	300.000,00	
118	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO		145.897.938,06
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	144.241.598,06	
	INVESTIMENTOS	1.656.340,00	
301	RECURSOS ORDINARIOS		10.309.671,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.809.671,00	
	INVESTIMENTOS	1.500.000,00	
312	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES		17.690.956,09
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.571.068,44	
	INVESTIMENTOS	5.119.887,65	
318	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO		6.395.083,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.111.279,00	
	INVESTIMENTOS	2.283.804,00	
323	RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS		272.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.486,00	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

	INVESTIMENTOS	247.514,00	
	TOTAL		1.238.140.025,23
	MÉDIA MENSAL		103.178.335,44

Fonte: Business Object 2019

Assim como ocorreu na Receita, a Dotação Inicial da Despesa sofreu alterações e foi atualizada para o montante de R\$ 1.238.140.025,23 (um bilhão, duzentos e trinta e oito milhões, cento e quarenta mil, vinte e cinco reais e vinte e três centavos), estimando-se um dispêndio mensal de R\$ 103.178.335,44 (cento e três milhões, cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), conforme detalhado no Quadro acima.

A Dotação Atualizada ficou discriminada da seguinte forma: R\$ 1.037.199.485,60 (um bilhão, trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), na UG 040101 – TESOURO e R\$ 200.940.539,63 (duzentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos) na UG 040102 – FRJ.

4.1.2.1. UG 040101 - TESOURO

Quadro XVII - Dotação Atualizada detalhada da Despesa 2019 - UG 040101.

DOTAÇÃO ATUALIZADA POR FONTE - UG 040101							
Cód.	FONTE	Dotação Inicial	Suplementado	Suple. Especial	Cancelamento Dotação Inicial / Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	RECURSOS ORDINARIOS	998.575.525,00	68.197.880,00	0,00	-41.936.512,00	-13.028.133,57	1.011.808.759,43
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	905.235.061,00	58.469.734,00	0,00	-18.985.317,00	-2.320.632,90	942.398.845,10
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.340.464,00	9.728.146,00	0,00	-22.951.195,00	-10.707.500,67	69.409.914,33
112	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	5.152.504,00	227.000,00	0,00	-227.000,00	0,00	5.152.504,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.254.000,00	227.000,00	0,00	-227.000,00	0,00	4.254.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	898.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	898.504,00
128	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST. PARA	0,00	0,00	1.920.902,90	0,00	0,00	1.920.902,90
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	1.920.902,90	0,00	0,00	1.920.902,90
301	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	12.590.303,84	0,00	-3.536.586,84	-198.129,93	8.855.587,07
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	11.544.313,84	0,00	-3.536.586,84	0,00	8.007.727,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.045.990,00	0,00	0,00	-198.129,93	847.860,07



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

312	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	0,00	6.355.942,00	0,00	0,00	0,00	6.355.942,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	5.105.942,00	0,00	0,00	0,00	5.105.942,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
328	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST. PARA	0,00	0,00	3.105.790,20	0,00	0,00	3.105.790,20
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	544.828,60	0,00	0,00	544.828,60
	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	2.560.961,60	0,00	0,00	2.560.961,60
TOTAL		1.003.728.029,00	87.371.125,84	5.026.693,10	-45.700.098,84	-13.226.263,50	1.037.199.485,60
MÉDIA MENSAL		83.644.002,42	7.280.927,15	418.891,09	-3.808.341,57	-1.102.188,63	86.433.290,47

Fonte: Business Object 2018

Na UG 040101, a Dotação Inicial da Despesa foi majorada em **3,33%**, representando um aumento de R\$ 33.471.456,60 (trinta e três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), resultando em uma Dotação Atualizada de R\$ 1.037.199.485,60 (um bilhão, trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

As alterações na Dotação Atualizada da Despesa se deram pela seguinte sucessão de fatos: na Fonte 101, houve um aumento de R\$ 13.233.234,43 (treze milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), através de Suplementação e Cancelamento de Dotação Inicial, além de uma redução de R\$ 13.028.133,57 (treze milhões, vinte e oito mil, cento e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) em virtude de Destaques Concedidos; na Fonte 112, os valores de Dotação Inicial e Atualizada se mantiveram constantes; na Fonte 128, Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, houve apenas valores para a Dotação Atualizada, de R\$ 1.920.902,90 (um milhão, novecentos e vinte mil, novecentos e dois reais e noventa centavos), resultante da entrada em vigor da Lei 8.923, de 14 de novembro de 2019, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

As Fontes 301 e 312 representam fontes de Superávit Financeiro, detalhados os valores empenhados no Quadro V - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040101. O somatório da Dotação Atualizada destas duas fontes resultou valor de R\$ 15.211.529,07 (quinze milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e vinte e nove reais e sete centavos), conforme previsão atualizada do superávit financeiro, constante no Balanço Orçamentário da UG 01.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No que diz respeito à fonte 328, não representa recurso a ser utilizado pelo TJPA, estes valores estão ligados ao Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC).

4.1.2.2. UG 040102 - FRJ

Quadro XVIII - Dotação Atualizada Detalhada da Despesa 2019 - UG 040102.

DOTAÇÃO ATUALIZADA POR FONTE - UG 040102						
Cód. Fonte	FONTE	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial / Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	RECURSOS ORDINARIOS	10.000.000,00	569.732,00	-5.599.461,81	0,00	4.970.270,19
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.810.588,00	394.357,00	-1.123.544,09	0,00	2.081.400,91
	INVESTIMENTOS	6.568.739,00	175.375,00	-3.855.244,72	0,00	2.888.869,28
	INVERSOES FINANCEIRAS	620.673,00	0,00	-620.673,00	0,00	0,00
106	REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUTROS	70.000,00	8.780.354,45	-322.579,16	0,00	8.527.775,29
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	457.893,09	0,00	0,00	527.893,09
	INVESTIMENTOS	0,00	8.322.461,36	-322.579,16	0,00	7.999.882,20
112	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	6.876.846,00	0,00	0,00	0,00	6.876.846,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.576.846,00	0,00	0,00	0,00	6.576.846,00
	INVESTIMENTOS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
118	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO	148.744.416,00	8.033.921,00	-8.033.921,00	-2.846.477,94	145.897.938,06
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.901.997,00	6.520.000,00	-7.333.921,00	-2.846.477,94	144.241.598,06
	INVESTIMENTOS	842.419,00	1.513.921,00	-700.000,00	0,00	1.656.340,00
301	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	10.309.671,00	0,00	0,00	10.309.671,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	8.809.671,00	0,00	0,00	8.809.671,00
	INVESTIMENTOS	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
312	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	0,00	19.502.974,69	-1.050.000,00	-762.018,60	17.690.956,09
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	12.806.787,04	-50.000,00	-185.718,60	12.571.068,44
	INVESTIMENTOS	0,00	6.696.187,65	-1.000.000,00	-576.300,00	5.119.887,65
318	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO	0,00	7.202.491,00	-750.000,00	-57.408,00	6.395.083,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.708.687,00	-540.000,00	-57.408,00	4.111.279,00
	INVESTIMENTOS	0,00	2.493.804,00	-210.000,00	0,00	2.283.804,00
323	RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	0,00	272.000,00	0,00	0,00	272.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	24.486,00	0,00	0,00	24.486,00
	INVESTIMENTOS	0,00	247.514,00	0,00	0,00	247.514,00
TOTAL		165.691.262,00	54.671.144,14	-15.755.961,97	-3.665.904,54	200.940.539,63
MÉDIA MENSAL		13.807.605,17	4.555.928,68	-1.312.996,83	-305.492,05	16.745.044,97

Fonte: Business Object 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Na UG 040102, a Dotação Inicial da Despesa foi majorada em 21,27%, representando um aumento de R\$ 35.249.277,63 (trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos), resultando em uma Dotação Atualizada de R\$ 200.940.539,63 (duzentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).

As alterações na Dotação Atualizada da Despesa ocorreram conforme o seguinte detalhamento: na Fonte 101, houve uma redução de R\$ 5.029.729,81 (cinco milhões, vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos) em virtude de Cancelamento de Dotação Inicial, apesar de um reforço na Dotação Inicial de R\$ 569.732,00 (quinhentos e sessenta e nove mil e setecentos e trinta e dois reais); na Fonte 106, ocorreu um acréscimo de R\$ 8.457.775,29 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos); na Fonte 112, os valores de Dotação Inicial e Atualizada se mantiveram constantes; na Fonte 118, houve uma redução de R\$ 2.846.477,94 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos), resultante de Destaques Concedidos.

As Fontes 301, 312, 318 e 323 são fontes que representam o Superávit Financeiro, detalhados os valores empenhados no Quadro VIII - Detalhamento da Abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro - UG 040102. O somatório da Dotação Atualizada destas quatro fontes resultou valor de 34.667.710,09 (trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e dez reais e nove centavos), conforme previsão atualizada do superávit financeiro, constante no Balanço Orçamentário da UG 02.

4.2. Do Balanço Financeiro

4.2.1. Repasse e Arrecadação

No exercício de 2019, o total de recursos previstos nas fontes 101 e 112 da UG 040101 foi na ordem de **R\$ 1.003.728.029,00** (um bilhão, três milhões, setecentos e vinte e oito mil e vinte e nove reais) porém o repasse efetivo foi no montante de **R\$ 1.062.889.769,11** (um bilhão, sessenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e onze centavos), superior em **R\$ 59.161.740,11**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e quarenta reais e onze centavos), demonstrando que a previsão inicial foi suplantada em 5,89%.

Quadro XIX - Balanço Financeiro – UG 040101.

INGRESSOS		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.062.889.769,11
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.058.558.074,01	
REPASSE RECEBIDO	1.054.227.637,68	
SUB-REPASSE RECEBIDO	4.330.436,33	
TRANSF. REC. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENT.	4.331.695,10	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		348.196.729,88
CONSIGNAÇÕES	335.747.326,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.686,31	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO-INSCRIÇÃO	12.418.569,11	
GANHOS COM A DESINCOP. DE PASSIVOS	11.148,46	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		33.789.418,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	33.769.732,63	
DEPÓSITOS RESTIT. E VAL.VINCULADOS	19.686,31	
TOTAL DE INGRESSOS		1.444.875.917,93

DISPÊNDIOS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.016.759.501,51
ORDINÁRIA		1.012.366.448,23
RECURSOS ORDIN. DO TESOURO ESTADUAL	1.012.366.448,23	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

VINCULADA		4.393.053,28
REC. DESTINADOS A FUNDOS DA ADM DIRETA	970.797,03	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	3.422.256,25	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		18.572.349,43
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC.ORÇAMENTÁRIA	2.320.632,90	
TRANSF.CONCED. INDP EXECUÇÃO ORÇAMENT.	16.251.716,53	
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		346.490.564,23
CONSIGNAÇÕES	335.874.778,46	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.686,31	
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	10.596.099,46	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		63.053.502,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	63.033.816,45	
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL.VINCULADOS	19.686,31	
TOTAL DE DISPENDIOS		1.444.875.917,93

Fonte SIAFEM 2019

Em análise à peça acima demonstrada, percebe-se que no grupo: Transferências Financeiras Recebidas chama atenção o valor referente aos repasses recebidos, o que demandou dessa equipe de auditoria uma acurácia mais detalhada, tendo encontrado na Nota Explicativa (NE) do Balanço em epígrafe, os subsídios necessários para uma adequada análise.

Em síntese, a SEPLAN em nota esclarece que: O Repasse Recebido teve um aumento da ordem de R\$ 7.046.435,80 (sete milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), em relação ao exercício de 2018. De acordo com a citada NE, parte deste aumento, R\$ 3.540.496,89 (três milhões, quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), deve-se ao recebimento de dois Recursos em devolução:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- Devolução de Convênio PM – R\$ 1.760.697,31

- Repasse de Recursos FRC – R\$ 1.779.799,58

Para melhor elucidação da composição do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, inclusive já abordado no tópico sobre Balanço Orçamentário, apresenta-se um quadro com detalhamento dos valores que compõem as contas acima destacadas.

Quadro XX - Quadro de Recursos Recebidos

Nº	Fonte	Nome da Fonte de Receita	Valor
1	101000000	Recursos Ordinários	1.050.687.140,79
TOTAL DO RECEBIMENTO ORDINÁRIOS DO TESOIRO			1.050.687.140,79
2	101007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	1.063.463,71
	118007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	407.666,34
	312007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	289.567,26
TOTAL DEVOLUÇÃO CONVÊNIO PM			1.760.697,31
3	128003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcim	1.172.148,93
	128003833	Fundo de Registro Civil – Infor	607.650,65
TOTAL REPASSE DE RECURSOS FRC			1.779.799,58
3+2	Total de Recursos que não são efetivamente do Tesouro		3.540.496,89
1+2+3	Total Geral		1.054.227.637,68

Fonte: Nota Explicativa 01 – Balanço Financeiro UG 040101

Quadro XXI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101

ATIVO FINANCEIRO		
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		63.053.502,76
BANCOS – CONTA MOVIMENTO	1.834.954,36	
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	61.198.862,09	
OUTR DISPON FINANCEIRAS–CRÉDITOS CIRCULAÇÃO	19.686,31	
PASSIVO FINANCEIRO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		63.053.502,76
DEPÓSITOS	7.352.789,08	
RESTOS A PAGAR DO EXERC CRÉD EMP LIQU A PAGAR	12.418.569,11	
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR NÃO UTILIZAD	43.282.144,57	

Fonte: SIAFEM 2019

No exercício de 2019, foi apurado o resultado financeiro no valor de **R\$ 43.282.144,57** (quarenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), resultante da diferença entre o total do Ativo e o total do Passivo. De onde se infere que a realização do Ativo Financeiro permitiu solver todo o Passivo Financeiro. As rubricas que compõem a apuração do resultado do exercício estão discriminadas no quadro abaixo.

Quadro XXII - Apuração do Resultado Financeiro por Fonte de Recurso UG 040101

FONTE DE RECURSOS	
Recursos Ordinários	35.751.194,74
Convenio 001/2018 TJPA/PM	1.063.463,71
Receita Patrimonial - Outros Poderes	324.942,85
Convenio 0001/2018 TJPA/PM	407.666,34
Fundo de Apoio ao Registro Civil	297.402,42
Fundo de Registro Civil - Ressarc	1.172.148,93
Fundo de Registro Civil - Inform	607.650,65
Recursos Ordinários	0,44
Receita Patrimonial - Outros Poderes	262.316,97
Convenio 001/2018 TJPA/PM	289.567,26
Fundo de Registro Civil - Ressarc	260.277,38
Fundo de Registro Civil - Inform	2.845.512,88
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	43.282.144,57

Fonte: SIAFEM 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

4.2.2. Do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) expõe as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, no quadro abaixo esta retratado o DFC da unidade gestora 040101.

Quadro XXIII - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		1.398.667.929,88
TRANSFERENCIAS CORRENTES RECEBIDAS	1.062.889.769,11	
DESEMBOLSOS		1.369.403.846,06
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.004.340.932,40	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	18.572.349,43	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	346.490.564,23	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		29.264.083,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I+II+III)		29.264.083,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	33.769.732,63	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	63.033.816,45	

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.062.889.769,11	
TOTAL DAS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		1.062.889.769,11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.572.349,43	
TOTAL DAS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		18.572.349,43

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	1.004.340.932,40	
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		1.004.340.932,40

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00

Fonte: SIAFEM 2019

4.2.2.1. Repasse e Arrecadação UG 040102

No exercício de 2019, o total de recursos previstos nas fontes 101 e 112 da UG 040102 foi na ordem de **R\$ 165.691.262,00** (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e dois reais) porém o repasse efetivo foi no montante de **R\$ 191.667.456,63** (cento e noventa e um milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos), portanto o repasse foi superior em **R\$ 25.976.194,63** (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) demonstrando que a previsão inicial foi suplantada em 1,16%.

Quadro XXIV - Recursos do FRJ - UG 040102

RECURSOS RECEBIDOS NO PERÍODO – FRJ (UG 040102)			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR	%
Recursos Ordinários	101	7.359.550,91	4,22



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Rec. Prov. De Transferências - Convênio	106	8.457.775,29	4,85
Receita Patrimonial - Outros Poderes	112	4.699.290,80	2,70
Rec. Fundo de Reparelhamento Judiciário	118	152.105.802,02	87,27
Rec. Proveniente de Alienação	123	444.103,00	0,25
Fundo de Apoio ao Registro Civil	128	1.221.714,42	0,70
RECURSOS DO FRJ		174.288.236,44	100,00
MÉDIA MENSAL		14.524.019,70	

Fonte: SIAFEM 2019

No somatório dos recursos ingressados na fonte “Transferência Recebida p/ Execução Orçamentária”, conforme o Balanço Financeiro, o montante de **R\$ 174.288.236,44** (cento e setenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos), estão incluídos: os SPRED gerados pela “Conta de Depósitos Judiciais”- Lei Complementar 151/2015 e Portaria 5073/2015_GP/TJPA – “Fonte 101”; as receitas provenientes de convênios – “Fonte 106”, os recursos gerados por Rendimento de Aplicações Financeiras “Fonte 112 - Receita Patrimonial”, as Receitas Próprias do Fundo “Fonte 118- FRJ”, os recursos provenientes de alienação – “fonte 123” e, por fim, o fundo de apoio ao registro civil – “Fonte 128”.

Quadro XXV - Balanço Financeiro 2019 - UG 040102

INGRESSOS		
Transferências Financeiras Recebidas (II)		191.667.456,63
Transf. Recebida p/ Execução Orçamentária	174.898.695,43	
Transf. Recebida Indep. Execução Orçamentária	16.768.761,20	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.428.683.423,69
Consignações	8.424.415,26	
Depósitos de Diversas Origens	1.400.243.818,26	
Restos a Pagar do Exercício-Inscrição	18.480.504,64	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	1.439.057,69	
Ganhos c/ Desincorporação de Passivos	95.627,84	
Saldo do exercício anterior (IV)		202.480.042,88
Caixa e Equivalente de Caixa	73.240.755,99	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	129.239.286,89	
Total (V) = (I+II+III+IV)		1.822.830.923,20
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)		178.013.818,23
Ordinária		11.000.286,03
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	11.000.286,03	
Vinculada		167.013.532,20
Recursos Prov. De Transferências - Convênios e Outros	7.712.546,36	
Recursos Destinados a Fundos da Administração Direta	247.142,33	
Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	139.855.089,02	
Outras Destinações de Recursos	19.198.754,49	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		4.917.718,11
Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	3.660.708,18	
Transferências Concedidas Indep. Execução Orçamentária	1.257.009,93	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.189.104.450,17
Consignações	8.306.827,40	
Depósitos de Diversas Origens	1.176.301.452,23	
Restos a Pagar de Exercício Anterior - Baixa	3.057.112,85	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	1.439.057,69	
Saldo para o Exercício Seguinte		450.794.936,69
Caixa e Equivalente de Caixa	97.121.996,92	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	353.672.939,77	
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		1.822.830.923,20

Fonte: SIAFEM 2019

Em análise a peça acima, esta equipe de auditoria, para uma análise mais apurada, procurou subsídio nas Notas Explicativas, elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, que são partes integrantes de referido Balanço.

Nesse sentido, convém destacar alguns fatores que, por terem sido evidenciados em NE, mereceram especial análise desta equipe.

A conta “Recebimentos Extraorçamentários”, que se encontra nos INGRESSOS do Balanço Financeiro se subdivide em Consignações, Depósitos de Diversas Origens, Restos a Pagar do exercício, valores em Trânsito Realizáveis a curto prazo e ganhos com desincorporação de Passivos.

A Nota Explicativa 01 – Depósitos de Diversas Origens UG 040102, trata de valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Em nota a SEPLAN informa que o Tribunal controla, neste campo, o impacto basicamente de valores que ele não tem a propriedade, mas sim a guarda, tendo três naturezas de valores.

O Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC que foi criado com o objetivo de prover a gratuidade nos Registros Civil, prevista na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como atender às determinações do art. 8º da Lei Federal 10.169, de 29 de dezembro de 2000. A Lei estadual 6.831, de 13 de fevereiro de 2006 constituiu FRC e sofreu alteração pela Lei estadual Lei 8.921 de 14 de novembro de 2019, demandando todas as políticas de gestão, funcionamento e controle, passando a ser vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

O Depósito Caução – fundamentado art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, onde regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública trazendo à baila exigências de garantia de execução dos contratos Públicos.

O Depósito Judicial – regulamentado pela Lei 8.312, estabelece que todos os depósitos Judiciais no estado do Para serão efetuados em conta de Titularidade do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e a parcela de 70% deste recursos será repassada quadrimestralmente ao Poder Executivo para realização de pagamentos de precatórios, de dívida fundada e de outros tipos de pagamento mencionados na Lei, quanto aos 30% restante, não Repassados ao Executivo, é direcionado para o Fundo de Reserva, o qual é destinado para pagamento ou restituição de depósito Judicial. Sempre que houver insuficiência de caixa será realizado recomposição do Fundos, ou seja, o retorno de Recursos do Executivo.

A conta “Saldo para o Exercício Seguinte”, que se encontra nos DISPÊNDIOS do Balanço Financeiro, se subdivide em Caixa Equivalente de caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, esta última objeto de nota explicativa 02 por parte da SEPLAN.

A Nota Explicativa 02 – Depósito Restituíveis UG 040102, trata do saldo Final das Contas de operacionalização na NE 01.

O valor inscrito em “Restos a Pagar” no exercício de 2019, na ordem de **R\$ 18.480.504,64** (Dezoito milhões, quatrocentos e oitenta mil, quinhentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrado nos ingressos do Balanço Financeiro, representa 10,38% do total da despesa realizada no exercício em análise.

O saldo da conta “Restos a Pagar de exercício anterior – Baixa” apresentou o valor de **R\$ 3.057.112,85** (três milhões, cinquenta e sete mil, cento e doze reais e oitenta e cinco centavos). No exercício de 2019, foi liquidado o valor de **R\$ 2.961.485,01** (dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e um centavo), como consta no Balanço Orçamentário, e houve a baixa de passivo no valor de **R\$ 95.627,84** (noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos) decorrentes do cancelamento de restos a pagar, consignado no Balanço Financeiro, como “Ganho com Desincorporação de Passivos”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XXVI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102

ATIVO FINANCEIRO		
ATIVO FINANCEIRO		452.233.994,38
Disponibilidade financeira		
Bancos		
Conta Movimento	632.103,64	
Aplicações Financeiras	96.489.893,28	
Outras Disponibilidades Financeiras		
Créditos em Circulação	355.111.997,46	
PASSIVO FINANCEIRO		
PASSIVO FINANCEIRO		452.233.994,38
Obrigações Financeiras		
Depósitos	354.048.164,53	
Restos a Pagar do Exercício		
Créditos Empenhados Líquidos a Pagar	18.480.504,64	
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	168.861,79	
Outras Obrigações Financeiras		
Valores diferidos		
DISPONIBIL P/ DEST DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS	79.536.463,42	

Fonte: SIAFEM 2019

No exercício de 2019, na UG 040102, foi apurado o resultado financeiro no valor de **R\$ 79.536.463,42** (setenta e nove milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), resultante da subtração do total do Ativo e da Obrigação Financeira. De onde se infere que a realização do Ativo Financeiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

permitiu solver todo o Passivo Financeiro. As rubricas que compõem a apuração do resultado do exercício estão discriminadas no quadro abaixo.

Quadro XXVII - Apuração por Fonte de Recurso

FONTE DE RECURSOS	
Recursos Ordinários	6.995.856,10
Receita Proveniente de Transferencia - Conv	24.563,93
Convenio 028/19 – TJPA x Pref de PA	30.000,00
Convenio 029/19 – TJPA x PRef de Cana	447.976,64
Convenio 030/19 – TJPA x Munic de C	239.639,07
Convenio 0886462/19 – TJPA x Depen	3.049,29
Receita Patrimonial – Outros Poderes	1.511.794,98
Rec. Própria do Fundo de Reaparelhamento	15.260.783,61
Recursos Provenientes de Alienação	
Recursos Ordinários	29.502.164,21
Receita Patrimonial – Outros Po	20.965.634,87
Res. Pro. Do Fundo de Repar	3.964.868,32
T. Exec. Desc. 02/2018 – TJPA/EGPA	30.664,40
T. Exec. Desc. 03/2018 – TJPA/EGPA	26.743,60
Recursos Proven de Alienação	25.434,52
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	79.536.463,42

Fonte: SIAFEM 2019

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, desta feita, o o quadro abaixo representa o demonstrativo de fluxos de caixa da unidade gestora 040102.

Quadro XXVIII - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa - UG 040102

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		2.899.121.449,98
Transferências Correntes Recebidas	191.667.456,63	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Outros Ingressos Operacionais	2.707.453.993,35	
DESEMBOLSOS		2.865.381.480,33
Pessoal e Demais Despesas	149.649.584,87	
Transferências Concedidas	4.942.718,11	
Outros Desembolsos Operacionais	2.710.789.177,35	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		33.739.969,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS		9.858.728,72
Aquisição de Ativo Não Circulante	9.676.800,73	
Outros Desembolsos de Investimento	181.927,99	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-9.858.728,72
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I+II+III)		23.881.240,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	73.240.755,99	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	97.121.996,92	

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	191.667.456,63	
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		191.667.456,63
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

INTRAGOVERNAMENTAIS	4.917.718,11	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	25.000,00	
TOTAL DAS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		4.942.718,11
QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 - JUDICIÁRIA	149.649.584,87	
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		149.649.584,87

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00

Fonte: SIAFEM 2019

No Demonstrativo de Fluxo de Caixa, no campo dos Ingressos, na conta “Outros Ingressos Operacionais”, bem como no campo dos Desembolsos na conta “Outros Desembolsos Operacionais” a SEPLAN informou em nota explicativa alguns pontos que influenciaram expressivamente o resultado do Fluxo de Caixa.

A Nota Explicativa 06 informa que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), do Tribunal de Justiça do estado do Pará foi elaborada de acordo com Instruções de Procedimentos Contábeis 08 (IPC08), desta forma apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC é elaborada pelo método direto.

Os campos “OUTROS INGRESSOS” e “OUTROS DESEMBOLSOS” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas na Estrutura de DFC Nacional, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas premências. São valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos Extra-Orçamentários.

O fluxo registra simultaneamente todas as movimentações das mesmas contas mencionadas na NE 01, bem como qualquer tipo de movimentação tanto a crédito ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

debito no ativo e passivo, o Método Direto da DFC controla todas as permutações das contas, inclusive alterações de ajuste de fonte, exclusões, cancelamentos e outras operações que são necessariamente registro de movimentação financeira. O diferencial entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Balanço Financeiro seria que o primeiro controla a movimentação tanto no ativo como no passivo, enquanto o segundo registra basicamente o reflexo no passivo.

Esta Secretaria de Controle Interno, numa primeira parte da análise, identificou valor elevado para a conta “Outros Ingressos Operacionais, na ordem de R\$ 2.707.453.993,35, e para Outros Desembolsos Operacionais”, no valor de R\$ 2.710.789.177,35.

Em nota a SEPLAN apresentou Mapa dos principais valores que compõem os Ingressos Operacionais, quais sejam: Depósito de diversas origens, no valor de R\$ 1.400.243.818,26; e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 1.297.251.074,30.

Da mesma forma, os principais valores que compõem os Desembolsos Operacionais, também foram mapeados em nota, quais sejam: Depósitos de Diversas Origens, no valor de R\$ 1.176.301.452,23; e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 1.521.684.727,18.

Nesse sentido, a equipe de auditoria entende que os fatores, a princípios levantados pela SCI, foram esclarecidos em referida NE.

4.2.3. Das Variações Patrimoniais

4.2.3.1. UG 040101 - TESOIRO

Quadro XXIX - Quadro das Variações Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			1.063.053.320,67
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intragovernamentais		1.063.010.329,40	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporaç Passivos			
Ganhos com Desincorporação de Passivos		42.991,27	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			1.130.700.033,76
Pessoal e Encargos		1.010.343.634,59	
Remuneração a Pessoal	800.425.994,47		
Encargos Patronais	140.737.143,92		
Benefícios a Pessoal – RGPS	62.997.058,22		
Outras VPD - Pessoal e Encargos	6.183.437,98		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		981.319,10	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais IS	981.319,10		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.027.852,45	
Serviços - PJ	4.027.852,45		
Transferências e Delegações Concedidas		113.889.164,69	
Transferências Intragovernamentais	113.762.945,38		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	126.219,31		
Tributárias		446.718,55	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	446.718,55		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.011.344,38	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.011.344,38		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			-67.646.713,00

Fonte: SIAFEM BALANSINT VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2019

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA representam o total de recursos recebidos pela UG 040101 no exercício de 2019. Este montante se desmembra nas contas “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária”, “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” e “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A conta “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária” se subdivide em Repasses Recebidos e Recursos Arrecadados Recebidos. Repasses Recebidos são compostos por Recursos Ordinários, Recursos do Convênio nº 001/2018 TJPA/PM e Recursos do Fundo de Registro Civil, nos respectivos montantes R\$ 1.050.687.140,79, R\$ 1.760.697,68 e R\$ 1.779.799,58. Já Recursos Arrecadados Recebidos representam rendimentos de aplicação dos Recursos Ordinários, dos Recursos de Receita Patrimonial e dos Recursos do Fundo de Apoio ao Registro Civil, nos respectivos montantes R\$ 138,07, R\$ 4.283.813,23 e R\$ 46.485,03.

Ainda quanto aos Recursos Recebidos, estes foram objeto de explanação da Nota Explicativa 01 do Balanço Financeiro UG 040101, na qual a SEPLAN dá ênfase ao total de recursos do Tesouro – UG 040101 (recebimentos ordinários) e os valores que o TJPA não tem a propriedade, zelando apenas pela administração, os Recursos de Devolução.

Quadro XXX - Quadro de Recursos Recebidos

Nº	Fonte	Nome da Fonte de Receita	Valor
1	101000000	Recursos Ordinários	1.050.687.140,79
TOTAL DO RECEBIMENTO ORDINÁRIOS DO TESOIRO			1.050.687.140,79
2	101007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	1.063.463,71
	118007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	407.666,34
	312007707	Convênio nº 001/2018 TJPA/PM	289.567,26
TOTAL DEVOLUÇÃO CONVÊNIO PM			1.760.697,31
3	128003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcim	1.172.148,93
	128003833	Fundo de Registro Civil – Infor	607.650,65
TOTAL REPASSE DE RECURSOS FRC			1.779.799,58
3+2	Total de Recursos que não são efetivamente do Tesouro		3.540.496,89
1+2+3	Total Geral		1.054.227.637,68

Fonte: Nota Explicativa 01 – Balanço Financeiro UG 040101

A conta “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” se subdivide em Ordem de Transferências Recebidas e Transferências Recebidas de Bens Imóveis. Ordem de Transferências Recebidas é composto por recursos da Receita Patrimonial – Convênios e Outros, do Fundo de Apoio ao Registro Civil, do Fundo de Registro Civil – Ressarcimento, do Fundo de Registro Civil – Infor., nos respectivos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

montantes R\$ 4.190,42, R\$ 1.221.714,42, R\$ 260.277,38, R\$ 2.845.512,88 e R\$ 4.331.695,10. Já Transferências Recebidas de Bens Imóveis representam a transferência de saldo entre UG 040101-Tesouro e UG 040102-FRJ para reavaliação e fechamento de balanço 2019, conforme Nota de Lançamento 2019NL02784, no montante de R\$ 120.560,29.

A Nota Explicativa 04 – Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária do Demonstrativo Variação Patrimonial UG 040101, trata dos recursos do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará-FRC que em 2019 passaram a figurar das demonstrações do TJPA, através do recebimento recursos. Em NE, a SEPLAN informa que o Fundo foi criado com a finalidade de prover a gratuidade prevista na Lei Federal nº 9.534/97, bem como atender às determinações do artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/00. Então em 2006, a Lei Estadual nº 6.831/06 constitui o FRC e a Lei Estadual nº 8.921/19 promoveu alterações, instituindo todas as políticas de gestão, funcionamento e controle. A partir deste advento, o FRC passou a ser vinculado e ter seus recursos administrados pelo TJPA, com a titularidade da SEPLAN como ordenadora de despesas do Fundo.

A conta “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” registra os ganhos com a desincorporação de passivos pelo cancelamento de Restos a Pagar exercício 2017, referente a saldo de empenho não utilizado e baixa no registro de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA exercício 2018, registrada a maior, nos respectivos montantes R\$ 11.148,46 e R\$ 31.842,81.

Quadro XXXI - Quadro de Transferências Intragovernamentais.

TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.063.010.329,40
TRANSF. RECEBIDAS P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.058.558.074,01	
Repasse Recebido	1.054.227.637,68	
Sub-Repasse Recebido	0,00	
Recursos Arrecadados Recebidos (rendimento de aplicação)	4.330.436,33	
TRANSF. RECEB. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.452.255,39	
Ordem de Transferências Recebidas	4.331.695,10	
Transferências Recebidas de Bens Imóveis	120.560,29	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, as contas “Pessoal e Encargos” e “Transferências e Delegações Concedidas” apresentaram a maior representatividade quanto ao valor. A conta “Pessoal e Encargos”, com 89% das VPD, equivale ao custo com Pessoal Ativo. Abaixo o detalhamento de algumas rubricas desta conta.

Quadro XXXII - Encargos Patronais.

Pessoal e Encargos	
Encargos Patronais	140.737.143,92
Encargos Patronais – RPPS	122.553.382,23
Encargos Patronais – RGPS	18.183.761,69

Fonte: SIAFEM BALANSINTV VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2019

Quadro XXXIII - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Pessoal e Encargos	
Outras VPD - Pessoal e Encargos	6.183.437,98
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.902.984,51
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	3.280.453,47

Fonte: SIAFEM BALANSINTV VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2019

A conta “Transferências e Delegações Concedidas”, se cotejados os exercícios de 2018 e 2019, apresentou uma representativa variação de valor, que culminou na majoração do déficit patrimonial. A referida conta, em 2018, possuía o saldo de R\$ 1.076.207,66 e, em 2019, apresentou saldo de R\$ 113.889.164,60. Este aumento se deu principalmente em virtude da transferência de valores dos Bens Móveis e Imóveis da Unidade Gestora 040101 – Tesouro para registros destes na Unidade Gestora 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário. Abaixo está detalhada a composição da conta “Transferências e Delegações Concedidas” para melhor análise.

Quadro XXXIV - Transferências e Delegações Concedidas.

Transferências e Delegações Concedidas		113.889.164,69
Transferências Intragovernamentais	113.762.945,38	
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	2.320.632,90	
Transf. Concedidas Independente da Exec Orçament	111.442.312,48	

A Nota Explicativa 02 – Ativo Imobiliário do Balanço Patrimonial UG 040101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

elaborada pela SEPLAN, justifica e descreve detalhadamente a transferências de valores dos Bens Móveis e Imóveis da Unidade Gestora 040101 – Tesouro para registros destes na Unidade Gestora 040102 – FRJ e atribui a esta transferência patrimonial a majoração do déficit patrimonial em 2019, conforme transcrito abaixo.

Balanço Patrimonial UG 040101

NE 02 – Ativo Imobilizado

“Em 2019, o Tribunal de Justiça realizou a reavaliação patrimonial de seus bens móveis e imóveis, sendo necessário fazer um ajustenos seus controles contábeis para unificar bens que estavam distribuídosem balanços independentes das suas Unidades Gestoras e não estavam integrados com o sistema de patrimonio devido à necessidade de reavaliação patrimonial, exclusão de bens em desuso, e , ainda, outros com drastica perda do seu valor histórico ou registro de baixa. Desta forma, transferimos os bens das contas de Bens Móveis e Imóveis, da Unidade Gestora 040101-TJPA, para a Unidade Gestora 040102-FRJ, a fim do cumprimento de suas competencias legais estabelecidas pela Lei Complementar nº 21, de 21 de fevereiro de 1994, que estabelece o FRJ como responsável pela guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis do Trtibunal”

NE 03 – Déficit do Exercício

“Podemos assegurar que as tranferências patrimoniais tem impacto decisivo do déficit do exercício 2019, corforme os motivos já explicitados na NE 02.

Devido à representativa variação de valor da conta “Transferências e Delegações Concedidas”, a SEPLAN elaborou Nota Explicativa 05 – Transferências Delegações Concedidas no demonstrativo Variações Patrimoniais UG 040101, que detalha a composição da referida conta indicando justificativa e saldo de cada conta de origem, conforme quadro abaixo.

Quadro XXXV - Transferência e Delegações Concedidas.

Transferência e Delegações Concedidas			
Conta Contábil	Nome da Conta	Histórico SIAFEM	Saldo
35.112.02.00	Repasse Concedido	Repasse Convênio nº 001/2019-PM valor referente ao auxílio militar	2.320.632,90



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

35.122.01.01	Ordem de Transferência Concedida	Foram transferidos em Dez/2019 recursos financeiros de Superávit, na ordem de R\$ 16.223.053,99 da UG 040101 para 040102.	16.251.716,53
	Ordem de Transferência Concedida	Foi transferido a importância de R\$ 28.662,54 da UG 0401010 para o IGEPREV, relativo a obrigações previdência da Justiça Militar	
35.122.02.01	Transferências Concedidas de bens Imóveis	Transferência de saldo entre UG's TJPA para reavaliação e fechamento de Balanço 2019	50.235.659,88
35.122.02.03	Transferência Concedidas de Bens Móveis	Transferência de saldo entre UG's TJPA para reavaliação e fechamento de Balanço 2019	44.954.936,07
35.901.01.00	Doação Concedidas	Baixa de Bens Móveis para doação	126.219,31
TOTAL			113.889.164,60

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019 e Nota Explicativa 05 – Transferências Delegações Concedidas do demonstrativo Variações Patrimoniais UG 040101.

A subtração entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa - VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD” evidenciou um resultado patrimonial negativo na ordem de R\$ 67.646.713,09, demonstrando um déficit patrimonial no período.

4.2.3.1.1. Do Balanço Patrimonial – UG 040101

O Índice de Liquidez Corrente, no exercício de 2019, foi de 3,18. Isso significa que para cada \$ 1,00 de obrigação, o TJPA tem R\$ 3,18 disponível para a quitação. A liquidez apresentada pelo Balanço Patrimonial é favorável, pois evidencia a capacidade institucional de cumprir as obrigações de curto prazo, além de demonstrar uma representativa liquidez imediata, ou seja, o TJPA não necessita que créditos e valores de curto prazo sejam revertidos em dinheiro para o cumprimento de suas obrigações. No Ativo Circulante, 99,97% dos recursos já configura como disponibilidade financeira imediata, representada pela conta “CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA”, ou seja, a liquidez, em sua maioria, é imediata, sem necessidade de conversão em dinheiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = Ativo Circulante / Passivo Circulante

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 63.053.502,76 / R\$ 19.822.725,75

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = 3,18

Em 2019, o índice de liquidez apresentou uma representativa majoração, se comparado a 2018. Este com índice 1,87.

O índice de liquidez compara o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Cotejados os exercícios 2018 e 2019, o total do Ativo Circulante aumentou 86,6%, de R\$ 33.789.418,94 para R\$ 63.053.502,76, sendo a conta “Fundo de Investimentos” a responsável por esta majoração de valor. Em 2018, esta conta registrava R\$ 25.945.121,60 e em 2019 esta valor passou para R\$ 61.189.862,09

Ainda contrapondo os exercícios 2018 e 2019, o total do Passivo Circulante aumentou 9,5%, de R\$ 18.108.183,81 para R\$ 19.822.725,75.

Frente ao aumento mais acentuado do Ativo Circulante, o índice de liquidez 2019 se mostrou favorável, traduzindo a maior capacidade de quitar obrigações a curto prazo.

Quadro XXXVI - Balanço Patrimonial.

ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			63.053.502,7 6
Caixa e Equivalente de Caixa		63.033.816,4 5	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		19.686,31	
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			19.822.725,7 5
Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo		12.014.686,6 6	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		455.250,01	
Demais Obrigações a Curto Prazo		7.352.789,08	
PATRIMONIO LIQUIDO			43.230.777,0 1
Resultados Acumulados		43.230.777,0 1	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			63.053.502,76
---------------------------------------	--	--	---------------

Fonte SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

Em análise ao Balanço Patrimonial, a situação do Ativo Circulante é favorável. Visto a liquidez imediata da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”. Abaixo o detalhamento desta conta.

Quadro XXXVII - Caixa e Equivalente de Caixa.

Caixa e Equivalente de Caixa		63.033.816,45
Banco do Estado do Pará S/A	1.828.846,08	
Banco do Brasil S/A	6.108,28	
Fundos de Investimentos	61.198.862,09	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2019

O Passivo Circulante representa as obrigações da entidade a curto e longo prazo com terceiros. Em análise ao Passivo Circulante da UG 040101-Tesouro, verifica-se que 97,7% desta conta constituem-se em obrigações de curto prazo, mais especificamente em compromissos com a quitação da Folha de Pagamento de servidores, pensão alimentícia, encargos sociais, imposto de renda e assistência à saúde. Abaixo o detalhamento das contas de maior representatividade quanto ao valor do Passivo Circulante.

Quadro XXXVIII - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo.

Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo		12.014.686,66
Salários, Remunerações e Benefícios	1.100.619,02	
Contribuiç a Regime Próprio de Previdência do Ente	9.488.077,50	
Contribuiç ao RPPS s/ Salários e Remunerações	1.425.990,14	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2019

Quadro XXXIX - Demais Obrigações a Curto Prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo		7.352.789,08
RPPS Ret. sobre Venc. e Vant FUN/FINANPREV	5.117.670,51	
INSS sobre Folha de Pagamento	419.701,90	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

IRRF-Imposto sobre a Renda RF-Folha Servidor	106.897,76	
IRRF-Imposto sobre a Renda RF-PF e PJ	365,19	
Pensão Alimentícia	417,23	
Assistência à Saúde – Administração Própria – PAS	4.920,25	
Encargos Sociais – Outras Entidades	40,85	
Outros Consignatários	1.683.089,08	
Depósitos e Cauções	19.686,08	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2019

O Balanço Patrimonial da UG 040101 registra Superávit de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 110.877.490,10. A este valor foi subtraído o Déficit Patrimonial apurado no exercício 2019 (já detalhado acima na análise do Demonstrativo Variação Patrimonial) que culmina no Resultado Acumulado 2019 e Superávit Acumulado 2020. Abaixo o detalhamento da conta Patrimônio Líquido.

Quadro XL - Resultados Acumulados.

Resultados Acumulados		43.230.777,01
Déficit Patrimonial do período	-67.646.713,09	
Superávit dos Exercícios Anteriores	110.877.490,10	

Fonte SIAFEM BALANCETE 2019

O Ativo Financeiro totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 63.053.502,76. O Ativo Financeiro é constituído das contas do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, como já detalhado acima, as contas estão assim discriminadas: R\$ 1.834.954,36 na conta “Banco Conta Movimento” (R\$ 1.828.846,08 Conta Banpará e R\$ 6.108,28 Conta Banco do Brasil), R\$ 61.198.862,09 na conta “Aplicações Financeiras – Fundo de Investimentos” e R\$ 19.686,31 na conta “Créditos em Circulação – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, conforme discriminado nos demonstrativos Balanço Patrimonial e Disponibilidade de Caixa.

O Ativo Permanente é constituído das contas do Ativo Permanente do Balanço Patrimonial. No exercício de 2019, a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças – SEPLAN, para melhor gestão e conforme a Lei Complementar Nº 21/94 que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

confere ao FRJ a manutenção da estrutura organizacional, migrou todos os registros e valores de Bens Móveis e Imóveis da UG 040101-Tesouro para a UG 040102-FRJ. Em virtude disto, a conta Passivo Financeiro está zerada no demonstrativo Balanço Patrimonial, no exercício de 2019.

O Passivo Financeiro e Permanente totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 19.822.725,75. O Passivo é constituído das contas do Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, como já detalhado acima, as contas estão assim discriminadas: R\$ 12.014.686,66 na conta “Obrigações Trabalhista a Pagar a Curto Prazo”, R\$ 455.250,21 na conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” e R\$ 7.3522.789,08 na conta “Demais Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo”.

Quadro XLI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO		63.053.502,76
Ativo Financeiro	63.053.502,76	
Ativo Permanente	0	
PASSIVO		19.822.725,75
Passivo Financeiro	19.771.358,19	
Passivo Permanente	51.367,56	
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		43.230.777,01

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

A conta “Atos Potenciais Ativos” representa o saldo das garantias e contra garantias recebidas pelo TJPA. Na UG 040101, em consulta aos balancetes do SIAFEM, as referidas garantias estão registradas na conta “Cauções a Executar” no montante de R\$ 19.686,31. No Balanço Patrimonial, a rubrica “Cauções a Executar” integra o Ativo Circulante na conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, conforme detalhado em quadro anterior.

Quadro XLII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040101.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS		19.686,31
GARANTIAS E CONTRA-GARANTIAS RECEBIDAS	19.686,31	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		13.417.934,74
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.417.934,74	

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A conta “Obrigações Contratuais” apresentou o montante de R\$ 13.417.934,74, detalhados conforme quadro abaixo.

Quadro XLIII - Quadro de Obrigações Contratuais.

Contratos de Serviços a Executar	7.438.125,30
Contratos de Serviços Executados	4.027.852,45
Contratos de Fornecimento de Bens a Executar	1.951.956,99
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.417.934,74

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro descreve os Recursos Disponíveis para o exercício em suas respectivas fontes de recursos. Abaixo quadro detalhado por fonte.

Quadro XLIV - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL			
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	36.814.658,89	
16	Recursos Destinados a Fundos da Administ Direta	5.182.992,26	
18	Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	407.666,34	
50	Outras Destinações de Recursos	876.827,08	
Total das Fontes de Recursos			43.282.144,57

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

Quadro XLV - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL			36.814.658,89
101000000	Recursos Ordinários	35.751.194,74	
101007707	Convênio 001/2018 TJPA/PM	1.063.463,71	
301000000	Recursos Ordinários (Superávit)	0,44	
12 – RECEITA PATRIMONIAL OUTROS PODERES			876.827,08
112000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes	324.942,85	
312000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes	262.316,97	
312007707	Convênio 001/2018 TJPA/PM	289.567,26	
18 – CONVÊNIO 001/2018 TJPA/PM			407.666,34
118007707	Convênio 001/2018 TJPA/PM	407.666,34	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

28 – Fundo de Apoio ao Registro Civil			5.182.992,26
128000000	Fundo de Apoio ao Registro Civil	297.402,42	
118003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcimento	1.172.148,93	
128003833	Fundo de Registro Civil – Infor	607.650,65	
328003832	Fundo de Registro Civil – Ressarcimento (Superávit)	260.277,38	
328003833	Fundo de Registro Civil – Infor (Superávit)	2.845.512,88	
Total das Fontes de Recursos			43.282.144,57

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

4.2.4. Das Variações Patrimoniais

4.2.4.1. UG 040101 - TESOURO

Quadro XLVI - Quadro das Variações Patrimoniais.

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			286.833,120,13
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		286.737.492,29	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	286.737.492,29		
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORP. PASSIVOS		95.627,84	
Ganhos c/ Desincorporação de Passivos	95.627,84		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			204.572.722,62
PESSOAL E ENCARGOS		27.135.043,36	
Benefícios a Pessoal – RPPS	27.135.043,36		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		311.464,68	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais IS	311.464,68		
USO DE BENS, SERVIC. E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		166.100.413,14	
Uso de materiais de Consumo	8.369.167,10		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Serviços	117.388.801,61		
Depreciação, Amortização e Exaustão	40.342.444,43		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		44.079,72	
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	44.079,72		
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		5.387.313,18	
Transferências Intragovernamentais	5.361.821,11		
Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	25.000		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	492,07		
DESVALORIZ E PERDA DE ATIVOS E INCORPOR PASSIVOS		186.049,50	
Desincorporação de Ativos	186.049,50		
TRIBUTARIAS		403.746,15	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	106.715,44		
Contribuição	297.030,71		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		5.004.612,89	
Premiações – Ordens Honoríficas	7.180,00		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.997.432,89		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			82.260.397,51

Fonte: SIAFEM VARIAÇÃO PATRIMONIAL 2019

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA representam o total de recursos recebidos pela UG 040102 no exercício de 2019. Este montante se desmembra nas contas “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária”, “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” e “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”.

A conta “Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária” se subdivide em Repasses Recebidos e Recursos Arrecadados Recebidos. Repasses Recebidos são compostos por Recursos Ordinários, Recursos Próprios do Fundo de Reaparelhamento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Recursos Próprios Diretamente Arrecadadosa pela Administração Indireta, nos respectivos montantes R\$ 7.359.550,91, R\$ 604.613,67 e R\$ 5.845,32. Já Recursos Arrecadados Recebidos representam rendimentos de aplicação dos Recursos Provenientes de Transferências – Convênios e Outros, dos Recursos do Convênio nº 028/2019 TJPA/Prefeitura de Parauapebas, dos Recursos do Convênio nº 029/2019 TJPA/Prefeitura de Canaã dos Carajás, dos Recursos do Convênio nº 030/2019 TJPA/Prefeitura de Curionópolis, da Receita Patrimonial, da Receita Própria de Fundo de Reaparelhamento, dos Recursos Provenientes de Alienação de Bens e do Fundo de Apoio da Registro Civil, nos respectivos montantes R\$ 24.563,93, R\$ 1.650.000,00, R\$ 2.000.000,00, R\$ 475.436,07, R\$ 4.307.775,29, R\$ 4.699.290,80, R\$ 152.105.802,02, R\$ 444.103,00, R\$ 1.221.714,42 e R\$ 166.928.685,53.

A conta “Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária” se subdivide em Ordem de Transferência Recebidas, Transferências Recebidas de bens Imóveis e Transferências Recebidas de bens Móveis. Ordem de Transferência Recebidas são compostos por Recursos Ordinários, Receita Patrimonial, Superávits de exercícios anteriores e Recursos Próprio do FINANPREV – Servidor e Patronal nos respectivos montantes R\$ 4.071.952,97, R\$ 815561,83, R\$ 11.881.245,31 e R\$ 1,09.

A conta “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” registra os ganhos com a desincorporação de passivos pelo cancelamento de Restos a Pagar exercício 2017 e baixa no registro de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA exercício 2018, no valor de R\$ 42.991,27.

Quadro XLVII - Transferências Intragovernamentais.

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		286.737.492,29
TRANSF. RECEBIDAS P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	174.898.695,43	
Repasse Recebido	7.970.009,90	
Sub-Repasse Recebido	0	
Recursos Arrecadados Recebidos	166.928.685,53	
TRANSF. RECEB. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	111.838.796,86	
Ordem de Transferências Recebidas	16.768.761,20	
Transferências Recebidas de Bens Imóveis	50.115.099,59	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Transferências Recebidas de Bens Móveis	44.954.936,07	
---	---------------	--

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresenta a maior representatividade quanto ao valor. Esta conta corresponde a 81% das VPD e equivale ao custo com bens, serviços e depreciação.

O custo dos bens totalizou R\$ 8.369.167,10, em 2019, sendo os de maior valor o custo com combustíveis, com os materiais de expediente e o custo com gêneros alimentícios – suprimento de fundos, nos respectivos montantes R\$ 1.612.825,96, R\$ 1.321.359,15 e R\$ 1.284.5122,98.

O custo dos serviços totalizou R\$ 117.388.801,61, sendo os custos com locação de mão de obra (apoio, limpeza e conservação, vigilância ostensiva e manutenção e conservação de bens imóveis), manutenção e conservação (bens imóveis, veículos, equipamentos de processamentos de dados, máquinas e equipamentos, software e outros móveis), locação (imóveis, software, máquinas e equipamentos e bens móveis e intangíveis), serviços de energia elétrica e serviço médico, hospitalar, odontológico e laboratorial, nos respectivos montantes R\$ 32.716.505,07, R\$ 22.641.444,52, R\$ 11.158.588,07, R\$ 10.091.439,87 e R\$ 10.781. 879,85.

O custo da depreciação totalizou R\$ 40.342.444,43, subdividido em depreciação de bens móveis e bens imóveis, nos respectivos montantes R\$ 31.162.724,40 e R\$ 9.179.720,03.

Quadro XLVIII - Quadro de Uso de Bens.

USO DE BENS, SERVIC. E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		166.100.413,14
Uso de materiais de Consumo	8.369.167,10	
Serviços	117.388.801,61	
Depreciação, Amortização e Exaustão	40.342.444,43	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

A subtração entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa-VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutiva-VPD” evidenciou um resultado patrimonial positivo na ordem de R\$ 82.260.397,57, demonstrando um Superávit Patrimonial no período.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2018, o resultado final deste demonstrativo foi o déficit patrimonial de R\$ - 2.223.683,97 e, em 2019, foi apurado um Superávit Patrimonial de R\$ 113.889.164,60

Verificou que este Superávit ocorreu em virtude da majoração de valor do grupo “Variações Patrimoniais Aumentativa-VPA”, especificamente na conta “Transferência e Delegações Recebidas”, visto os registros do grupo “Transferências Recebidas Independentemente da Execução Orçamentária” (inexistente no demonstrativo de 2018) nas contas “Ordem de Transferência Recebidas” no valor de R\$ 16.768.761,20 e “Transferência Recebidas de Bens Móveis e Imóveis” no valor R\$ 95.070.035,66, esta última conta devido a transferência de valores dos Bens Móveis e Imóveis da Unidade Gestora 040101 – Tesouro para registros destes na Unidade Gestora 040102 – FRJ.

4.2.4.1.1. Do Balanço Patrimonial – UG 040102

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No exercício em análise, a situação patrimonial da UG foi superavitária, apresentando uma situação patrimonial equilibrada, de acordo com o índice de liquidez, como segue:

O índice de liquidez corrente, no exercício de 2019, foi de 1,23, ou seja, para cada 1,00 de obrigações exigíveis a curto prazo (Passivo Circulante), houve 1,23 de bens e direitos realizáveis a curto prazo (Ativo Circulante).

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = Ativo Circulante / Passivo Circulante

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = R\$ 459.844.814,06 / R\$ 372.697.530,96

ÍNDICE DE LIQUIDEZ = 1,23

Em 2019, o índice de liquidez apresentou uma redução, se comparado a 2018. Este com índice 1,56.

O índice de liquidez compara o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Cotejados os exercícios 2018 e 2019, o total do Ativo Circulante aumentou 120%, de R\$ 207.919.513,70 para R\$ 456.919.238,86, sendo as contas mais representativas quanto ao valor, “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Imobilizado”, detalhadas a seguir.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Ainda contrapondo os exercícios 2018 e 2019, o total do Passivo Circulante aumentou 180%, de R\$ 133.214.185,28 para R\$ 372.697.530,96, sendo a conta “Demais Obrigações a Curto Prazo” responsável pela majoração de valor, detalhada a seguir.

Frente ao aumento mais acentuado do Passivo Circulante, o índice de liquidez 2019 foi menor, traduzindo uma redução na capacidade de quitar obrigações a curto prazo.

Quadro XLIX - Balanço Patrimonial - UG 040102.

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		456.919.238,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	97.121.996,92	
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	357.871.186,52	
ESTOQUES	1.926.055,42	
ATIVO NAO CIRCULANTE		423.802.590,00
IMOBILIZADO	422.960.715,00	
INTANGÍVEL	841.875,00	
TOTAL DO ATIVO		880.721.828,80

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		372.697.530,96
OBRIG TRABA. PREVID E ASSIST A PAGAR A C. PRAZO	27.631,53	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.PRAZO	18.621.734,90	
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	354.048.164,53	
TOTAL DO PASSIVO		372.697.530,96
PATRIMONIO LIQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	508.024.297,90	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		508.024.297,90
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		880.721.828,86



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

Em análise ao Balanço Patrimonial, a situação do Ativo Circulante é favorável. Visto a liquidez imediata da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”. Abaixo o detalhamento desta conta.

Quadro L - Caixa e Equivalente de Caixa.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		97.121.996,92
Banco do Estado do Pará S/A	615.602,04	
Banco do Brasil S/A	10.309,22	
Caixa Econômica Federal S/A	6.192,38	
Fundos de Investimento	96.489.893,28	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

Ainda no Ativo Circulante, o grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” apresenta a maior representatividade quanto ao valor. Este grupo corresponde a 78% do Ativo Circulante.

Em 2018, este grupo apresentava o valor de R\$ 132.316.714,09 e, em 2019, este valor foi majorado para R\$ 357.871.186,52. Este incremento de valor se deu principalmente em virtude da conta “Depósitos Judiciais”. A SEPLAN, em Nota Explicativa 01 do Balanço Financeiro ressalta o impacto desta conta no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, apesar de estes valores não transitarem no orçamento, visto o Tribunal não ser proprietário deste numerário, exercendo apenas a guarda deste montante, conforme transcrição de trecho da NE 01 do Balanço Financeiro UG 040102.

Balanço Financeiro

NE 01 – Depósitos de Diversas Origens

São valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa. Neste sentido é importante ressaltar que o Tribunal controla neste campo o impacto basicamente de valores dos quais ele não tem a propriedade, mas sim a guarda desses valores, como exemplo temos três naturezas de valores:

...

3 – DEPÓSITO JUDICIAL – regulamentado pelo Lei n 8.312, que estabelece que todos os depósitos judiciais do estado do Pará serão efetuados em conta de titularidade do TJPA, e a parcela de 70%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

deste recurso será repassada quadrimestralmente ao Poder Executivo para pagamento de precatórios, dívida fundada e outros tipos de pagamentos mencionados na Lei, ou outros 30% não repassados ao Executivo será cosntituído o Fundo Reserva, destinado a pagamento ou restituição de depósito judicial, sempre que houver insuficiência de caixa será realizado recomposição do Fundo, ou seja, o retorno de Recursos do Executivo. Temos ainda nesse controle as consignações de tributos, que são valores pertencentes à classe de imposto, taxa ee contribuição, muitos destes retidos em pagamento.

A conta “Depósitos Judiciais” se refere aos depósitos destinados ao Fundo de Reserva. Em 2018, esta conta registrava o valor de R\$ 128.889.223,83. Em 2019, este montante foi majorado para R\$ 353.266.167,14.

A conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” está detalhada, conforme quadro abaixo.

Quadro LI - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		357.871.186,5 2
Diárias – Viagens Adiantamento	1.850.456,88	
Suprimentos Individuais não comprovados	908.404,36	
Créditos a Receber decorrente falta de Licitação	327,82	
Depósito e Caução relativo a Contratos e Convênios	406.772,63	
Depósitos Judiciais	353.266.167,14	
Valores em Trânsito p/ Crédito	1.439.057,69	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

Através a Nota Explicativa 03 – Estoques do Balanço Patrimonial UG 040102, a SEPLAN dá ciência do saldo de estoque contabilizado através do inventário realizado em 31/12/2019, pelo Departamento de Patrimônio, conforme o processo Sigadoc nº PA-MEM-2019/52196. Em contagem física dos estoque de materiais e de bens móveis permanentes existentes nos almoxarifados do TJPA, foram verificados que os bens estavam devidamente armazenados e as quantidades e as especificações dos produtos eram condizentes os registrados no sistema GRP. O saldo dos bens materiais apresenta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

o valor de R\$ 1.926.055,42, registrado na conta “Estoques” do Balanço Patrimonial. Já o saldo dos bens móveis permanentes possui o valor de R\$ 2.019.873,36, registrado na conta “Estoque Interno” dos Bens Móveis-Imobilizado do Balanço Patrimonial.

A conta “Ativo Não Circulante”, se cotejados os exercícios de 2018 e 2019, apresentou uma representativa variação de valor, que junto com a conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” culminou na majoração da Apuração de Resultado do Patrimônio (Patrimônio Líquido). A referida conta, em 2018, possuía o saldo de R\$ 202.138.739,87, porém no exercício de 2019 apresentou saldo de R\$ 423.802.590,00. Este aumento se deu em virtude da transferência de valores dos Bens Móveis e Imóveis da Unidade Gestora 040101 – Tesouro para registros destes na Unidade Gestora 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário. Abaixo está detalhada a conta “Ativo Não Circulante” e mais especificamente, a composição da conta “Imobilizado” para melhor análise.

No Relatório de Prestação de Contas 2015 – UG 040101 Tesouro, esta Secretaria de Controle Interno - SCI, analisou os Inventários de Bens Móveis e Imóveis, a Relação dos Bens Adquiridos (móveis) e dos Baixados (móveis) do exercício. Na ocasião, foi verificada a ausência de mensuração e depreciação dos bens móveis e imóveis, com divergência entre os valores constantes no inventário e os registrados em Balanço, configurando descumprimento da NBC-T 16.10- Resolução CFC 1.137/2008 - Avaliação e Mensuração de Ativo e Passivo em Entidade do Setor Público. Esta não conformidade foi evidenciada no Relatório e tratada como ressalva.

No Relatório de Prestação de Contas 2016, esta Secretaria de Controle - SCI ratificou que o levantamento patrimonial feito pela comissão técnica ainda não obedecia aos critérios da NBC T 16.10, uma vez que foi elaborado considerando o valor de custos dos bens móveis, ressaltando ainda: 1) ausência de registro e a avaliação defasada de alguns imóveis; 2) a inexatidão quanto aos materiais baixados da conta “Estoque”; 3) Desatualização quanto aos registros das contas “Obras em Andamento” e “Edifícios”; e 4) Não registro dos bens móveis alienados no Siafem, visto a ausência de evento para a devida escrituração.

No ano de 2017, em atenção às recomendações desta SCI e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCT -16.10, a Comissão Técnica Permanente de Patrimônio, instituída em 2008 pela Portaria nº 1.274/08, iniciou a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

implantação no Sistema de Controle Patrimonial dos procedimentos de depreciação e reavaliação dos bens móveis e imóveis do TJPA.

Resguardados os requisitos de valor mínimo e vida útil, em 2019, o Tribunal mensurou e registrou a valor recuperável mais de 136 mil móveis e 397 bens imóveis, divididos estes em terrenos e edificações. Todos os bens móveis e imóveis estão devidamente registrados e gerenciados pelo sistema Thema GRP e submetidos à depreciação pelo método das cotas constantes.

Quadro LII - Ativo Não Circulante.

ATIVO NAO CIRCULANTE		423.802.590,00
IMOBILIZADO		422.960.715,00
BENS MOVEIS	73.849.580,21	
BENS IMOVEIS	399.453.579,22	
(-) Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada	- 40.342.44,43	
INTANGÍVEL		841.875,00

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

Quadro LIII - Imobilizado.

IMOBILIZADO		
IMOBILIZADO		422.960.715,00
BENS MOVEIS	73.849.580,21	
Aparelhos de Medição e Orientação	59.994,12	
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	579.462,06	
Aparel e Equip Médico, Odontológ, Laborator e Hospitalar	59.120,38	
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	145.989,99	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.711.789,27	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	9.270,05	
Máquina, Ferramentas e Utensílios de Oficina	6.885,22	
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	3.849,81	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropec e Rodov	4.260,74	
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	41.335,00	
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferramentas	4.437.941,92	
Equipamentos de Processamento de Dados	32.274.891,66	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	766.376,38	
Máquinas e Utensílios de Escritório	152.978,10	
Mobiliário em Geral	13.003.034,53	
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.302,76	
Instrumentos Musicais e Artísticos	3.235,87	
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	3.449.957,29	
Obras de Arte e peças para Exposição	16.132,01	
Veículos em Geral	433.625,87	
Veículos de Tração	13.925.128,38	
Embarcações	745.634,26	
Estoque Interno	2.019.873,36	
Armamento	25.759,46	
Outros Bens Móveis	1.751,72	
(-) DEPREC, EXAUSTÃO, AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	- 40.342.449,43	
(-) Deprec Acum Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferram	-3.332.845,85	
(-) Depreciação Acumulada de bens de Informática	-17.256.943,08	
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	-2.767.057,88	
(-) Deprec Acum Materiais Cultura, Educação e Comunic	-268,67	
(-) Depreciação Acumulada Veículos	-7.801.412,18	
(-) Depreciação Acum Peças e Conjuntos de Reposição	-1.887,84	
(-) Depreciação acumulada de Armamentos	-1.669,08	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(-) Depreciação Acumulada de Demais Bens Móveis	-644,82	
(-) Depreciação Acumulada de Bens de Uso Especial	-9.179.720,03	
BENS IMOVEIS	389.453.579,22	
Edifícios	184.293.427,73	
Terrenos/Glebas	201.560.488,61	
Obras em Andamento	3.599.662,88	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

O Passivo Circulante representa as obrigações da entidade a curto e longo prazo com terceiros. Em análise ao Passivo Circulante da UG 040102-FRJ, verifica-se que 95% desta conta constituem-se em obrigações de curto prazo, mais especificamente Depósitos (Depósitos Recebidos por determinação Judicial, Depósitos e Cauções e Depósito de Terceiros). Abaixo o detalhamento das contas de maior representatividade quanto ao valor do Passivo Circulante

Quadro LIV - Demais Obrigações a Curto Prazo.

DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		354.048.164,53
INSS sobre a Folha de Pagamento	19.801,11	
INSS sobre a Prestação de Serviço – PF e PJ	83.519,13	
IRRF Imposto sobre Renda - Folha de Servidor	9.083,06	
IRRF Imposto sobre Renda – PF e PJ	122.261,31	
ICMS	6.989,38	
ISS	132.436,15	
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	353.266.167,14	
Depósitos e Cauções	406.772,63	
Depósitos de Terceiros	1.134,62	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

O Balanço Patrimonial da UG 040102 registra Superávit de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 425.763.900,39. A este valor foi somado o Superávit Patrimonial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

apurado no exercício 2019 (já detalhado acima na análise do Demonstrativo Variação Patrimonial) que culmina no Resultado Acumulado 2019 e Superávit Acumulado 2020. Abaixo o detalhamento da conta Patrimônio Líquido.

Quadro LV - Patrimônio Líquido.

PATRIMONIO LIQUIDO		508.024.297,90
RESULTADOS ACUMULADOS	508.024.297,90	
Superávit/Déficit Acumulado	425.763.900,39	
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	82.260.397,51	

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

O Ativo Financeiro totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 452.233.994,38, constituído das seguintes contas: R\$ 632.103,64 na conta “Banco Conta Movimento” (R\$ 615.602,04 Banpará, R\$ 10.309,22 Banco do Brasil e R\$ 6.192,38 Caixa Econômica Federal), R\$ 96.489.893,28 na conta “Aplicações Financeiras – Fundo de Investimentos” e R\$ 355.111.997,46 na conta “Créditos em Circulação – Outras Disponibilidades Financeiras”, conforme discriminado nos demonstrativos Balanço Patrimonial e Disponibilidade de Caixa.

O Ativo Permanente totalizou o montante de R\$ 428.487.834,38, demonstrado na diferença entre o “total do Passivo e Patrimônio líquido” (Balanço Patrimonial) e Ativo Financeiro.

O Passivo Financeiro totalizou disponibilidade financeira no montante de R\$ 327.697.530,96. O Passivo Financeiro é a diferença entre o Passivo Circulante do Balanço Patrimonial e Passivo Permanente do Quadro em análise. Em virtude disto, o Passivo Financeiro, em 2019, como já detalhado acima, constitui-se das seguintes contas: R\$ 27.631,53 na conta “Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, R\$ 18.621.734,90 na conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” e R\$ 354.048.164,53 na conta “Demais Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo”.

Quadro LVI - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes UG 040102.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO		880.721.828,86
Ativo Financeiro	452.233.994,38	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Ativo Permanente	428.487.834,48	
PASSIVO		372.697.530,96
Passivo Financeiro	372.697.530,96	
Passivo Permanente	0	
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		508.024.297,90

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

A conta “Atos Potenciais Ativos” representa o saldo das garantias e contra garantias recebidas pela UG 040102 no exercício de 2019, no montante de R\$ 429.763,48. As “Garantias e Contra Garantias Recebidas” são registradas na somatória dos saldos das contas “CAUÇÃO A EXECUTAR” no valor de R\$ 406.772,63 e “CAUÇÕES EXECUTADA” no valor de R\$ 22.990,85.

Quadro LVII - Quadro das Contas de Compensação - UG 040102.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS		429.763,48
GARANTIAS E CONTRA-GARANTIAS RECEBIDAS	429.763,48	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		148.419.407,83
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	148.419.407,83	

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

A conta “Obrigações Contratuais” apresentou o montante de R\$ 148.419.407,83, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro LVIII - Obrigações Contratuais.

Contratos de Serviços	126.710.981,76
Contratos de Alugueis	5.457.943,35
Contratos de Fornecedores de Bens	16.250.482,72
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	148.419.407,83

Fonte: SIAFEM BALANCETE 2019

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro descreve os Recursos Disponíveis para o exercício em suas respectivas fontes de recursos. Abaixo quadro detalhado por fonte.

Quadro LIX - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO ESTADUAL		
---	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	36.814.658,89	
15	Recursos Prov de Transferências – Convênios e Out	745.228,93	
16	Recursos Destinados a Fundos da Administ Direta	469.246,81	
18	Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	19.346.246,81	
50	Outras Destinações de Recursos	22.477.429,85	
Total das Fontes de Recursos			79.536.463,42

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019

Quadro LX - Detalhamento dos Recursos Disponíveis para o Exercício.

01 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL			36.498.020,31
101000000	Recursos Ordinários	6.995.856,10	
301000000	Recursos Ordinários (Superávit)	29.502.164,21	
06 - RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERENCIAS - CONVENIOS E OUT			745.228,93
106000000	Rec. Prov. de Transferencias - Conv	24.563,93	
106008077	Convenio nº 028/2019 TJPA x Prefeitura de Parauapebas	30.000,00	
106008078	Convenio nº 028/2019 TJPA x Prefeitura de Canaão dos Carajás	447.976,64	
106008079	Convenio nº 028/2019 TJPA x Prefeitura de Curionópolis	239.639,07	
106008125	Convenio nº 886562/2019 TJPA x Depen	3.049,29	
12 – RECEITA PATRIMONIAL OUTROS PODERES			22.477.429,85
112000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes	1.511.794,98	
312000000	Receita Patrimonial – Outros Poderes (Superávit)	20.965.634,87	
18 – RECEITA PRÓPRIA DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO			19.346.246,81
118000000 0	Rec. Prop. do Fundo de Reaparelhamento	15.260.783,61	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

318000000 0	Rec. Prop. do Fundo de Reaparelhamento (Superávit)	3.964.868,32	
318007709 0	T. Exec. Desc. 02/2018 TJPA x EGPA (Superávit)	30.664,40	
318007710 0	T. Exec. Desc. 02/2018 TJPA x EGPA (Superávit)	26.743,60	
318008125	Convenio nº 886562/2019 TJPA x Depen (Superávit)	63.186,88	
23 – RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO			469.537,52
123000000	Recursos Provenientes de Alienação	444.103,00	
323000000	Recursos Provenientes de Alienação (Superávit)	25.434,52	
Total das Fontes de Recursos			79.536.463,42

Fonte: SIAFEM BALANÇO PATRIMONIAL 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório foi construído com o objetivo de apresentar uma opinião acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da Secretaria de Controle Interno-SCI, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil do Poder Judiciário do Estado do Estado do Pará.

Registre-se que, não obstante as constatações e eventuais fragilidades apontadas nos trabalhos da SCI durante o exercício em exame, não foram identificadas impropriedades relevantes que tenham comprometido os atos dos responsáveis pela gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Destaque-se que as orientações e recomendações apresentadas pela Secretaria de Controle interno têm sido respondidas satisfatoriamente, conforme se depreende da apuração dos indicadores – Índice de Aderência do Auditado-IAA e do Índice de Alcance da Conformidade-IAC, o que demonstra a comunhão de esforços entre as unidades administrativas do TJPA, visando a implementação de melhorias, bem como a mitigação de riscos e fragilidades, o que, seguramente, irá fortalecer gradativamente a Instituição em suas rotinas e processos de trabalho.

É importante ressaltar os apontamentos positivos resultantes das análises realizadas no tópico “3. DA ANÁLISE DA GESTÃO”, de onde se destaca o bom posicionamento do TJPA no cenário nacional quanto à despesa de pessoal por habitante, conforme mostram os dados publicados na Revista Justiça em Números editada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Registre-se, ainda, o bom nível de gestão constatado pela auditoria nas quatro áreas de gestão avaliadas: Gestão de Pessoal, Gestão de Compras e Contratações, Gestão de Obras e Serviços de Engenharia, e Gestão de TIC.

Inferir-se que o resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em gerir a coisa pública de forma equilibrada, eficiente e eficaz, como bem refletem os instrumentos contábeis, financeiros e orçamentários, objetos do presente relatório.

Importante consignar que, do ponto de vista de uma análise puramente quantitativa, a execução do Plano Plurianual 2016-2019 no exercício em tela, obteve em linhas gerais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

um resultado satisfatório. Contudo, observou-se que em algumas ações houve certa desproporcionalidade entre previsão e execução, conforme consignado ao longo do presente relatório.

Nesse contexto, a fim de contribuir para o fortalecimento da governança, entende-se que, por ocasião da execução orçamentária vindoura, o acompanhamento e monitoramento das ações devem ocorrer de maneira mais pontual e efetiva, a fim de que seja possível obter dados para uma análise não só quantitativa, como também qualitativa, visando sempre uma melhor relação de proporcionalidade entre previsão e execução, o que promoverá um maior equilíbrio no cumprimento dos objetivos e missões institucionais deste TJPA, na busca da excelência na prestação do serviço público oferecido à sociedade.

Diante do exposto, segue o presente relatório para apreciação da Secretária de Controle Interno e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.

Belém, 27 de março de 2020.

Alexandre Tadeu de Moraes Araújo
Chefe da Divisão de Controle de Receitas

Humberto Pereira Lima Filho
Analista Judiciário – Contador

Lourival Pereira Boulhosa Neto
Requisitado – Arquiteto

Milene Laíse Silva Correa
Analista Judiciária – Contadora

Sheila Alves de Lima Maciel
Requisitada – Arquiteta

Tiago Silva Guimarães
Analista Judiciário

Carlos Augusto Sousa Jatene
Chefe da Divisão de Auditoria